

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO - UERJ
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - FFP

AÇÃO JESUÍTICA NO BRASIL:
PERMANÊNCIAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Andreia Dias de Carvalho

São Gonçalo

2010

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CEH – CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FFP – SG – FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

**AÇÃO JESUÍTICA NO BRASIL:
PERMANÊNCIAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

Monografia apresentada como requisito final
para aprovação do curso de graduação em
Pedagogia da Faculdade de Formação de
Professores – FFP/UERJ.

Orientadora: Prof^a Doutoranda Adir da Luz
Almeida

Andreia Dias de Carvalho

São Gonçalo

2010

*“Para falar ao vento bastam palavras.
Para falar ao coração, é preciso obras.”*

Pe. Antônio Vieira

RESUMO

Este trabalho constituiu-se em pesquisar e, nesse movimento, compreender como se deu a gênese da Ordem Religiosa conhecida como Companhia de Jesus; analisar as características pertinentes a este momento histórico ímpar, assim como, melhor conhecer os motivos que resultou na vinda de seus padres ao então chamado “Novo Mundo”; o trabalho desenvolvido por eles com os “nativos” que aqui encontraram através da catequese indígena e, posteriormente, a instalação dos Colégios Jesuíticos que seguiam regras e preceitos pedagógicos estabelecidos em um importante documento – o Ratio Studiorum. Utilizamos como fontes documentos que abordam o contexto histórico, político e religioso, com destaque para o Ratio Studiorum, utilizado como fonte e objeto de pesquisa. Destacamos ainda a importância do trabalho desenvolvido pelos padres jesuítas no Brasil, percebendo-o como intrinsecamente ligado a construção da nascente sociedade brasileira e da educação nas novas terras. Processo educativo de tal maneira unificador que, ainda, podemos perceber permanências do mesmo, para além de traços meramente residuais, no processo educativo nos dias atuais que ultrapassando os muros de seus colégios que permanecem a “missão” jesuítica, reconhecendo-se como filhos de Ignácio.

Palavras chave: história da educação, jesuítas, ação pedagógica

ABSTRACT

This work consisted in researching and, in this movement, to understand how was the genesis of the religious order known as the Society of Jesus; analyze the relevant characteristics of this unique historical moment, as well as better understand the reasons that resulted in the arrival of its priests to the called "New World"; the work they did with the "natives" who met here through catechesis Indians and later the installation of Jesuit Colleges who followed the rules and precepts laid down in a major teaching document - Ratio Studiorum. Used as source documents that discuss the historical, political and religious, especially the Ratio Studiorum, used as source and object of research. We also highlight the important work undertaken by Jesuits in Brazil, seeing it as inextricably linked to building the nascent Brazilian society and education in the new lands. Educational process so unifying, yet we can see stays the same, apart from merely residual traces in the educational process today that go beyond the walls of their schools that remain the Jesuit's "mission", recognizing themselves as children of Ignacio.

Keywords: history of education, the Jesuits, pedagogical action

Dedico esta monografia ao meu querido Deus, que me deu forças para alcançar mais esta vitória, ao meu amado esposo Alvaro, aos familiares – em especial à minha avó –, aos preciosos amigos, e à amiga e orientadora desta obra – Adir Luz

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a Deus por ter entrelaçado na construção da minha história de vida a presença de algumas pessoas maravilhosas que contribuíram de maneira grandiosa para a formação da pessoa que hoje sou.

Ao amigo, companheiro, esposo e grande amor, Alvaro, por não medir esforços para ajudar-me na concretização deste tão esperado momento. Sem ele não teria sido possível tal realização.

Aos meus pais, a todos os meus familiares, em especial à minha querida irmã Jailma e meus maravilhosos sobrinhos, pelo enorme incentivo e companheirismo demonstrado durante os últimos anos – amo vocês.

Não poderia deixar de citar a pessoa que me ensinou o significado da palavra amor, respeito e carinho, a minha maravilhosa avó Maria da Conceição de Lima, *in memoriam*. “Lembrar é fácil para quem tem memória, esquecer é difícil para quem tem coração.” William Shakespeare

Em meio a esta longa jornada a solidão nunca se fez presente. Devo tal fato ao auxílio, compreensão e a amizade sempre constante da Prof^a Adir da Luz Almeida que soube iluminar de maneira extremamente sagaz o percurso desta obra em certos momentos e, sobretudo nos momentos certos.

*Basta-me um pequeno gesto,
feito de longe e de leve,
para que venhas comigo
e eu para sempre te leve...*

Cecília Meireles

Agradeço profundamente a todos – obrigada!

SUMÁRIO

Introdução	09
 Capítulo I – As Convulsões Religiosas na Europa e seus efeitos no Novo - Mundo	
1.1- A Reforma Protestante.....	15
1.2- A Contra Reforma Católica e o surgimento da Companhia de Jesus.....	24
 Capítulo II – De encontro ao desconhecido: intervindo pela Fé	
2.1- A chegada dos jesuítas no Brasil e sua ação política.....	31
2.2- Nova reorganização territorial: dividir para melhor governar, unificar para melhor controlar.....	34
2.3- Civilizar pela Fé.....	37
 Capítulo III – A implantação do Ratio Studiorum	
3.1- Os Primeiros Colégios Jesuítas.....	46
3.2- A Formação nos Colégios Jesuítas: disciplinar os corpos, atingir as almas..	50
 Algumas Conclusões	 58
 Referências Bibliográficas	 65

I-INTRODUÇÃO

Para iniciar...

O processo de aproximação da temática, até sua escolha em com ela trabalhar, tem uma construção de longa data. Iniciei meus estudos em uma escola municipal (do Jardim de Infância até a terceira série) situada em uma comunidade¹ “carente”² na Zona Norte do Rio de Janeiro, no bairro da Tijuca, mais precisamente no morro do Turano. Sendo uma instituição escolar municipal, todavia, constantemente havia a participação de freiras e padres nas atividades escolares. Aulas de religião obrigatórias, e eram utilizados métodos de castigos físicos e morais, visando a “correção” para alunos indisciplinados (ajoelhar em carço de milho, colocar chapéu de burro, etc.).

Os anos se passaram, e se muitas coisas mudaram, outras nem tanto. Ao ingressar na Faculdade de Formação de Professores da UERJ, no curso de Pedagogia, através das aulas de História da Educação, comecei a compreender um pouco mais sobre o processo de construção da história da educação brasileira, percebendo assim, alguns vestígios da educação católica, com destaque para a jesuítica, durante a minha infância, aguçando ainda mais o meu interesse sobre o assunto.

Assim, num primeiro esforço de organização, este trabalho tem como objetivo problematizar questões que envolvem as ações jesuítas no âmbito da História da Educação brasileira.

A hipótese central deste trabalho é analisando a gênese do projeto educacional jesuítico no solo brasileiro que se constitui no primeiro projeto pedagógico nas terras do além mar, perceber traços e elementos pertencentes à educação jesuítica que consideramos ainda poderem ser encontrados na atualidade. Enfim, temos a hipótese

¹ O conceito de comunidade não pode ser tomado em sentido unificado. Necessita ser problematizado e visto com toda a diversidade que trás.

² Utilizo o conceito de “carente” entre aspas no sentido dado por Marc Bloch, ao alertar para os sempre presentes limites dos mesmos. “Carente” é atravessado por debates intensos que chama nossa atenção para a maneira de empregá-lo, geralmente relacionado a “falta” de maneira superficial.

que a influência política-educacional ainda faz parte do fazer pedagógico na instituição escolar, para além das modificações históricas, desde suas primeiras intervenções no país que conhecemos como Brasil.

As interrogações elencadas são balizadores do trabalho de pesquisa e as busquei interrogar: Quais as situações históricas que contribuíram de maneira relevante para que houvesse a criação da Companhia de Jesus e em quais circunstâncias foi concebido e desenvolvido o projeto pedagógico jesuítico no Brasil? De que maneira a Missão Jesuítica teve ação impactante, ou não, sobre a vida da população do além mar, de então? Qual a importância dos primeiros Colégios Jesuíticos brasileiros e do Ratio Studiorum?

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as marcas e indícios da permanência da ação educacional jesuítica no campo educativo brasileiro. Outros foram traçados: a) analisar as causas que motivaram a vinda dos padres jesuítas para o Brasil; b) refletir sobre as bases teóricas e metodológicas utilizadas pelos mesmos na construção dos alicerces da educação brasileira, tendo como fonte o Ratio Studiorum; c) compreender o caráter político-missionário do projeto educacional que estava sendo implantado.

A opção teórico-metodológica

Para compreendermos a criação da Companhia de Jesus e analisarmos os motivos da sua vinda para as terras recém-descobertas, e como não há datas fixas no fazer historiográfico, torna-se necessário recuar à época que antecede a criação desta ordem religiosa, onde podemos encontrar uma Europa estremecida pelas Reformas. Recuar para avançar na melhor compreensão do processo histórico e seus efeitos na sociedade.

Durante o período de transição do Feudalismo para o chamado Antigo Regime (a consolidação do absolutismo centrado na figura do rei), diversos aspectos tomaram a frente e modificações profundas nas relações sociais ocorreram. Citamos o Humanismo, o Renascimento, a Expansão Marítima e Comercial Européia; e dentro de novas maneiras de perceber o mundo eclode e se difunde a Reforma Protestante, abalando as sólidas estruturas da Igreja Católica na Europa.

A Igreja Católica constituía-se a autoridade máxima na Europa, cujo poder e riqueza havia se consolidado. Ainda que já fosse motivo de críticas e ataques, não havia maiores conseqüências que trouxessem ameaça para seu poder. Vários interesses,

inclusive de alguns monarcas, sustentaram o movimento que ficou conhecido como Reforma Protestante, abalando os fundamentos católicos, o poder papal, além dos questionamentos sobre as práticas e dogmas católicos.

O poder que se concentrava nas mãos do papado era almejado pelos reis que desejavam desvincular o Estado da Igreja, contestando assim a supremacia do poder exercido pela Igreja Católica. O movimento da Reforma Protestante nasce em meio a este cenário, em um momento histórico propício a mudanças.

Lutero recebe o apoio da nobreza que possuía grande interesse no confisco dos bens da Igreja e Calvino tem o suporte da camada mais rica da burguesia que se beneficiaria posteriormente com essas alterações nas relações de poder.

Em meio a este processo de expansão do protestantismo, a Igreja Católica inicia um movimento de reação – a Contra-Reforma, que tinha como objetivo principal à recuperação de espaços atingidos e maculados pela crença protestante - e a Companhia de Jesus nasce neste período turbulento para ajudar a Igreja Católica a cumprir esta missão divina.

“A Missão jesuítica está no centro do movimento militante da Contra-Reforma, mas percebeu que sua guerra religiosa não é a européia, está nos trópicos e a maior arma é o saber. O controle do saber se confunde com o controle do poder: poder e saber – Fé e Império – se confundem e se alastram para fora dos centros em que se engendram, e descem para o Sul”.(Flores, 2003:85).

A Companhia de Jesus era/ é uma ordem religiosa bastante peculiar, se comparada com as demais existentes desde o século XV. Seu objetivo, principal, era a divulgação e propagação da fé católica em todo o mundo, inclusive aos lugares tidos como profanos pelos cristãos europeus. Sua ação era no “mundo” fora dos conventos e sua disciplina interna seguia o modelo militarizado, influência de seu mais expressivo fundador: Inácio de Loyola, um ex-militar.

A sua gênese encontra-se intimamente relacionada com a vontade de, através da criação de missões, construir, intensificar e consolidar a propagação da palavra de Deus e da doutrina católica aos considerados gentios.

“Pressuposto básico da missão é o de que a cristandade tem dimensão social que deve ser cumprida. A missão é um tipo de abertura significativa que representa a confirmação de uma vontade de inserção da Igreja em laços diferentes, maiores,

profanos, sociais. Se não há abismos intransponíveis, por que não construir ou, pelo menos, usar as pontes que unem o ‘sagrado’ e o ‘profano’? A consciência moral cristã passa a assumir o risco de se lançar fora de si, em um certo sentido de se dessacralizar em nome de uma ampliação – ou de uma reafirmação – do universo de Cristo.” (Flores, 2003:79)

Inácio de Loyola e seus seguidores almejavam possuir uma vida religiosa intensa e atuante politicamente, intervindo nos espaços da sociedade de uma maneira ampla. É com essa mesma visão que se dedicam as suas obras, com destaque para o campo educacional que se materializa primeiro na criação das missões - consideravam a educação um precioso instrumento a ser utilizado para a catequização dos índios e também na reconquista das áreas que foram atingidas pelo protestantismo -, e logo a seguir os colégios jesuíticos, que vão sendo espalhados estrategicamente e constituindo-se em lugares de referência.

Em seu clássico livro “Exercícios Espirituais”, podemos perceber uma imensa tentativa de alcançar uma espiritualidade em um nível mais elevado através do uso de exercícios de meditação e disciplina corporal utilizada por seus religiosos, esta obra demonstra um alto grau de seriedade, dedicação e comprometimento pelos seus ideais.

“Um forte pessimismo com respeito à ação humana fora dos limites da obediência acha-se, portanto embutido nos pressupostos filosóficos ou antropológicos dos Exercícios, ao lado da crença de que o homem só pode salvar-se através de uma total submissão à vontade divina revelada pela meditação” (Gambini, 1988:98).

Roberto Gambini em sua obra “O Espelho Índio” discursa sobre a atuação dos padres jesuítas em meio à comunidade indígena e as possíveis conseqüências que esta imensa intervenção ocasionou ao modo de vida e na cultura indígena, pois em meio ao processo de cumprimento da missão jesuítica, segundo o autor, uma ferida foi aberta na alma dos povos indígenas nativos.

Buscamos como ferramenta de análise Luiz Felipe Baêta Flores, que coloriu a nossa trajetória com seus pensamentos e através de suas obras contribui de maneira singular na realização desta pesquisa, pois ele não apenas descreve a atuação jesuítica no Brasil, mas faz uma análise mais profunda sobre o trabalho desenvolvido pelos religiosos em terras brasileiras.

Porém, para realizarmos um estudo, considerando ser este nosso primeiro trabalho de maior fôlego acadêmico, sobre as bases que compõem a história da educação do Brasil, temos que compreender que a mesma é constituída por diversos movimentos que se entrelaçam, se fundem e que detêm, como efeito, a contribuição substantiva na formação de um cenário que tornou propício o “nascimento” dos primeiros pilares da educação brasileira, de influência européia.

A perspectiva para tecer este trabalho tem como direção construir o arcabouço teórico-metodológico estabelecendo entre os autores um diálogo entre si e com o tema, tanto no que se aproximam como no que se afastam, contribuindo para a construção de novos olhares e novos significados, onde a temática possa ser desenvolvida e problematizada.

O *Ratio Studiorum* será de extrema importância para a produção desta pesquisa, utilizado aqui como fonte e objeto, pois se trata de um documento fundamental para que possamos apreender o *modus operandi* da Companhia de Jesus, refletir sobre visão do processo educacional, sua ação política e percebermos a permanência de seu projeto na educação brasileira, no fazer pedagógico dentro do espaço escolar.

A expansão do trabalho educacional e evangelizador, da Companhia de Jesus, pelo mundo, proporcionou um encontro com as mais variadas culturas e essa diversidade poderia ocasionar um mau desempenho no cumprimento de sua missão. O *Ratio* busca superar essa diversidade que se fazia presente proporcionando a unificação de uma metodologia educacional a ser seguida e vivida.

O padre jesuíta Leonel S.J Franca explicita boa parte do percurso trilhado pelos jesuítas durante a elaboração desde plano de estudos que não se deteve apenas no confinamento de seus estabelecimentos formais de ensino, mas expandiu-se atingindo e configurando novos modos de agir, de pensar, de ser, ou seja, também atuou direta ou indiretamente na formação do cidadão brasileiro.

Para trabalhar com este momento histórico de gênese da educação brasileira, segundo os Cânones jesuítas, precisamos nos debruçar sobre fontes – matéria importante no trabalho historiográfico - que iluminem o contexto político, religioso e educacional da época em questão.

Logo, a produção deste trabalho monográfico obedece a um mapa cartográfico que contemple a revisão e análise dos textos, a construção de mapas conceituais e de referenciais teóricos-metodológicos que serão utilizados como ferramentas de trabalho. Optamos, principalmente, pela contribuição intelectual de Marc Bloch e Carlo

Ginzburg, trilhando um caminho em busca de pistas e indícios em meio às fontes de pesquisa, precisando buscar nas margens das mesmas. Tal metodologia de trabalho historiográfico ficou conhecida como “paradigma indiciário” através de, talvez, seu mais reconhecido intelectual: Carlo Ginzburg.

Autores estiveram ao meu lado em meio a essa jornada. Deles destaco alguns: Luiz Felipe Baêta Neves Flores, Leonel S.J. FRANCA, Clarice Nunes, Marta Maria Chagas de Carvalho, Michael Foucault, Michel De Certeau, Marc Bloch, Carlo Ginzburg, Jacques Revel.

No primeiro capítulo, com título: “As convulsões religiosas na Europa e seus efeitos no Novo Mundo”, buscamos explorar, primeiramente, o cenário anterior à vinda dos jesuítas para o Brasil. Neste capítulo, enfocamos a Reforma Protestante e suas conseqüências para a Igreja Católica, não apenas no aspecto religioso, mas também político-econômico-social e a Contra Reforma, que foi a reação da Igreja Católica com relação ao Protestantismo que se espalhava pela Europa e também pelo mundo. É o momento da consolidação da Companhia de Jesus que, entre outras finalidades, buscava evitar o crescimento do Protestantismo, através da conversão à fé católica de um número maior de fiéis, aumentando, também, a arrecadação de fundos para o combate à Reforma Protestante.

No segundo capítulo, com o título “Ao encontro do desconhecido: intervindo pela fé”, abordamos a chegada dos jesuítas ao Novo Mundo, sua ação política e o ato de civilizar pela fé. Procuramos apontar neste capítulo o modo como a ação jesuítica tornou-se poder instituído no processo colonizador que estava sendo instaurado.

No terceiro e último capítulo chamado: “A implantação do Ratio Studiorum” analisamos a implantação do Ratio Studiorum, trabalhado como fonte e objeto de pesquisa, nos primeiros colégios jesuítas e como se dava à formação nesses estabelecimentos de ensino, segundo as regras e normas do Ratio.

CAPÍTULO I – AS CONVULSÕES RELIGIOSAS NA EUROPA E SEUS EFEITOS NO NOVO-MUNDO

1.1 - A REFORMA PROTESTANTE

A Reforma Protestante pode ser percebida como um conjunto de movimentos que eclodiram na Europa durante o século XVI e que teve como uma de suas conseqüências a partilha da unidade da Igreja Católica no mundo ocidental, através do surgimento de novas Igrejas. Este conjunto de movimentos pertence a um período histórico de transição entre o sistema Feudalista, que vigorou durante a baixa Idade Média, e o Renascimento (após a Revolução Francesa).

Uma possível ‘ignorância’ teria efeitos letais para uma cristandade que tem que encarar um duplo desafio: o da perda de territórios tradicionais (pela Reforma) e o do aparecimento de novos territórios (pelos “Descobrimentos”). (Flores, 2003:80)

O nascimento dos Estados Modernos, a ascensão da burguesia, a expansão marítimo-comercial européia, o Humanismo, o Renascimento e a formação do Antigo Sistema Colonial pertencem ao mesmo período histórico e contribuíram para que houvesse a expansão da Reforma Protestante. Podemos presumir que se não houvesse o ambiente favorável para a consolidação das Igrejas Protestantes, não haveria sido possível a sua sobrevivência.

A prática mercantilista supõe, significativamente, uma continuidade de relações sem interdições geográficas; é uma prática que requer integração internacional. Mas, se por um lado o mercantilismo implica integração geográfica e continuidades intercontinentais, por outro ele também tem suas descontinuidades porque supõe sedes coloniais e colônias ligadas e subordinadas a tais metrópoles; supõe impérios (sede + colônias) ‘fechados’ e competitivos, porque quer exercer diferentes tipos de trocas desiguais que proporcionam a riqueza. Riqueza que é produzida por um encadeamento de intercâmbios viciados, só possíveis por violências que atingem e alteram não só a economia, mas todas as instâncias da vida dos selvagens. (Flores, 1978:42-43)

O Humanismo pode ser entendido pela lente que o considera como um movimento de renovação cultural, onde o homem enquanto indivíduo passa a ser

considerado o centro de todas as preocupações, em meio a uma perspectiva de valorização da Antiguidade Clássica e uma reação ao Teocentrismo da Idade Média, onde a legítima representação de Deus na Terra era a Igreja Católica.

Os humanistas eram eclesiásticos, professores, letrados profissionais, médicos, universitários, etc., que se esforçavam para alterar e renovar o formato de estudo tradicionalmente utilizado pelas Universidades, cujos moldes eram traçados pela Igreja Católica. Esse método de ensino tradicional imprimia a continuidade das formas de relações sociais que marcam a sociedade feudal, favorecendo a sua preservação.

Após as profundas transformações históricas que contribuíram para o término da ordem feudal, a nova conjuntura fez surgir uma profunda necessidade de mudanças relacionadas ao campo educacional. Houve uma mudança de olhar para a sociedade, para a natureza, a estética, cultura, incluindo o campo religioso etc. Coube aos humanistas a busca por essa reformulação educacional, manifestando-se como um enorme desafio para a então cultura dominante e a procura de origens para as transformações culturais em curso.

O Renascimento - expressão do Humanismo nas letras, artes, filosofia, ciências, etc. - surge significativamente na Itália e logo começa a se difundir pela Europa.

Após o início das grandes navegações, devido ao contato mercantil intenso com a Ásia e o grande crescimento na diversificação da oferta de produtos, houve um grande aumento no comércio, com isso, inúmeros comerciantes juntaram riquezas, acumulando para si verdadeiras fortunas. Começa a se consolidar um grupo social que não era pertencente à nobreza e, tão pouco, aos servos: são o que passou a ser reconhecida como “a burguesia”. Esta condição favoreceu o investimento destes na produção artística e intelectual de diversos escultores, pintores, escritores, músicos, etc.

O clero e os governantes passaram a oferecer ajuda financeira e também proteção a estes intelectuais e artistas (prática conhecida como mecenato). Através deste apoio, os mecenas (burgueses e governantes) buscavam tornarem-se mais populares e reconhecidos. Durante este período, o comércio da Península Itálica se ampliou de maneira intensa, possibilitando o nascimento de grandes espaços de produção artística, como Veneza, Florença e Gênova. Este conjunto de fatores fez com que a Itália se tornasse, por esta razão, conhecida como o berço do Renascimento.

Se durante o Feudalismo, a Igreja Católica era a autoridade máxima, essa autoridade não era exercida sem críticas. De fato, ao longo de sua história havia sofrido diversas críticas e alguns ataques que não tiveram conseqüências mais expressivas, pois

o poder de reação que ela dispunha sempre foi muito considerável. Entretanto, o contexto histórico do século XI possibilitou um efeito diferente.

O choque entre as práticas comerciais burguesas e as transformações que marcaram a história humana neste período de transição, atrelados a outros fatores diversos, acabaram por minar a resistência católica causando assim o sucesso dos movimentos reformadores. Em meio a este contexto complexo buscamos algumas causas que propiciaram o surgimento destes movimentos.

Um dos motivos do sucesso do movimento reformador foi o choque entre os poderes dos reis das monarquias absolutistas e os Papas. A intensa influência que a Igreja Católica exercia sobre o povo europeu, inclusive financeiramente, através da venda de indulgências, cobrança de dízimos e etc., assim como, a intervenção dos Papas em temas políticos internos acabaram por gerar enormes conflitos entre a Igreja e o Estado Absolutista em formação. Todavia, mesmo diante de diversos embates, a Igreja permanecia influente nos assuntos internos, pois a escolha dos reis geralmente dependia da indicação Papal. Este poder de selecionar o governante do Estado através da autoridade máxima da Igreja Católica reforçava o caráter divino que alguns reis ostentavam.³

Além disso, destacamos o enorme interesse que os bens que pertenciam a Igreja Católica despertavam entre os membros da nobreza e também nos reis. A condenação da Igreja à usura e aos lucros demasiados também causava incômodo aos membros de alguns setores da burguesia.

O espírito inovador dos protestantes e, mais geralmente, da época se opõe a Igreja Católica, momento em que vão se consolidando as monarquias absolutistas. Divergências e lutas sanguinolentas, tendo o seu pano de fundo religioso, representam, de fato, o interesse dos nobres no confisco dos bens da Igreja, como os que apoiaram Lutero (1483 – 1546) e Calvino (1509 – 1564), que, também, receberam apoio da rica burguesia. (Mendonça, 2007:1)

A exposição do conceito do Purgatório atendeu a uma demanda da Igreja que almejava aumentar os índices de contribuição financeira que os burgueses proporcionavam a mesma, contudo, este ato gerou o desenvolvimento de intensos atritos.

³ Ler “Os Reis Taumaturgos” de Marc Bloch.

Assim, como já fora citado anteriormente, a influência do Humanismo assumiu um papel de destaque para a ascensão da Reforma Protestante, pois houve um movimento de resgate à cultura greco-romana, uma maior valorização ao homem, ocasionando um rompimento com as idéias presentes no pensamento medieval, acarretando a necessidade de uma renovação no campo teológico.

Algumas questões polêmicas referentes à religião foram fatores de extrema relevância e que subsidiaram o movimento Protestante, tais como: a corrupção da Igreja Católica e o comércio abusivo de objetos sagrados e cargos da Igreja (prática conhecida como simonia), o desrespeito à prática do celibato por alguns integrantes do clero, a exploração escandalosa da fé através do culto às relíquias sagradas e, também, a venda de indulgências.

Com o declínio das rendas feudais, a Igreja lança mão de outras fontes: intensifica-se a venda de cargos eclesiásticos, a criação de dioceses e paróquias. O comércio e a veneração de artigos religiosos atingiu tal vulto que alguns críticos da Igreja denunciavam o fato de que nada menos de cinco tábias do jumento montado por Jesus quando entrou em Jerusalém eram exibidas em diferentes lugares, sem contar as doze cabeças de João Batista, inúmeras penas do Espírito Santo e inclusive um ovo exibido pelo arcebispo de Mogúncia, além de espinhos da cruz de Cristo, pedaços do santo sudário ou do manto da Virgem Maria, migalhas do pão que Jesus partiu na última ceia... (Seffener, 1993: 20)

O que prometia e o que significava o comércio das indulgências? Prometia a salvação da alma através da compra da mesma, não importando o estilo de vida e os “pecados” cometidos pela pessoa. Havia ainda a aquisição de indulgências para familiares e amigos já falecidos, pois a Igreja afirmava que para livrá-los do intenso tormento no purgatório seria necessária a compra de suas indulgências para assim ter o acesso permitido aos portões do paraíso. O Purgatório assume estrategicamente o lugar de intermediário ao Paraíso.

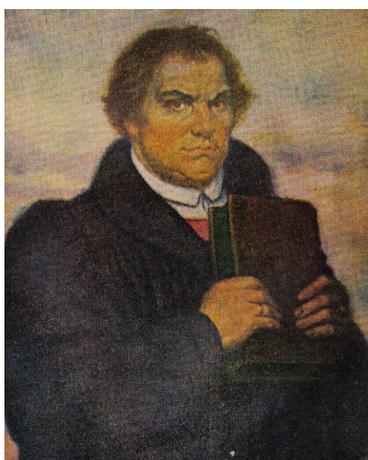
A possibilidade que tinha o papa de conceder essa remissão estava baseada num aspecto da teologia medieval, que falava do Tesouro do Merecimento. Esse tesouro era constituído pelos inúmeros méritos conseguidos por Jesus e todos os santos e muitos outros homens bons que passaram pela terra e que não necessitaram de todos os seus méritos para serem admitidos no céu, uma vez que os

tinham em excesso. Diziam alguns teólogos que esse excesso de méritos, ou de merecimentos, estava à disposição do papa que poderia fazer uso dele para aliviar a carga de castigos daqueles indivíduos que o solicitassem. (Seffener, 1993: 21)

Porém, nos tempos de então, torna-se mais intenso os desapontamentos e maior o número dos desapontados com as práticas da Igreja Católica, incluindo pessoas pertencentes a ela como Erasmo de Rotterdam, monge agostiniano e professor de Teologia cujos escritos influenciaram diversos pensadores. Em uma de suas sátiras, intitulada: O Elogio da Loucura, Erasmo critica impiedosamente a Igreja.

A propósito de culto, o que os cristãos prestam aos santos consiste quase todo em amá-los e imitá-los. Oh! como são numerosos os que, em pleno meio-dia, acendem velas aos pés da Virgem Mãe de Deus! Mas, não se acha quase nenhum que siga os seus exemplos de castidade, de modéstia, de zelo pela causa da salvação. No entanto, a imitação das suas virtudes seria o único culto capaz de assegurar o céu aos devotos. (Rotterdam, 1509)

Dentre os insatisfeitos que faziam parte do corpo da Igreja Católica, encontra-se Martinho Lutero. Este era um monge católico, professor de Teologia na Universidade de Wittemberg e Doutor em Humanidades. Bastante influenciado pelos movimentos culturais de sua época e preocupado pelas questões relativas à salvação da alma, Lutero afirma que não são as boas obras - como alega a Igreja -, mas a Fé o único instrumento capaz de promover a salvação do homem. A Fé tornou-se, assim, a base da doutrina de Lutero, diminuindo o valor das boas obras e da própria Igreja.



Martinho Lutero (disponível em:
<http://www.luteranos.com.br/contentimages/LUTERANOS/quemsomos/Martim%20Lutero%2002.jpg> – acesso em: 14/06/2010)

A Igreja Luterana teve seu surgimento nos chamados Estados Germânicos (atual Alemanha) que, no século XVI, era composto por um conjunto de Reinos independentes que possuíam uma administração própria. A região dispunha de apenas duas autoridades, a Igreja Católica – que era proprietária de inúmeras terras e explorava os camponeses, através da cobrança de obrigações religiosas –, e o Imperador do Sacro Império Romano Germânico – um líder da federação que discutia os principais problemas dos reinos.

Seguindo as ordens do Papa Leão X, um monge católico chamado Tetzel iniciou em Wittemberg uma campanha de estímulo à compra de indulgências, fato que ocasionou inúmeros protestos.

Que o Nosso Senhor Jesus Cristo se apiede de ti, e te absolva pelos méritos de Sua Santíssima Paixão. E eu, por Sua autoridade, e a de seus benditos apóstolos Pedro e Paulo, e do santíssimo Papa, a mim concedida e transmitida nestas partes, absolvo-te, primeiro de todas as censuras eclesiásticas, seja qual for o modo com que incorreste nelas, e em seguida de todos os teus pecados, transgressões e excessos, por mais enormes que sejam, e até dos que são reservados ao julgamento da Santa Sé; e, até onde se estenderem as chaves da Santa Igreja, redimo-te de todo o castigo que mereças no purgatório em nome delas, e te reintegro nos santos sacramentos da Igreja e naquela inocência e pureza que possuías no batismo; de modo que, quando morreres os portões do castigo estarão fechados, e os portões do paraíso de delícias estarão abertos; e, se não morreres agora, esta graça continuará em plena força quando estiveres a ponto de morrer. Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. (Tetzel, 1517. Apud Seffener, 1993: 22-23)

Neste período Martinho Lutero elaborou 95 teses condenando esta e outras práticas da Igreja e, com audácia, pregou o documento na porta da Catedral de Wittemberg. A cúpula de poder da Igreja Católica considera esta situação de extrema afronta, passando Lutero a ser alvo de incontáveis ameaça. Na disputa de poderes, dentro da complexidade da época, o monge obteve proteção junto a alguns príncipes germânicos, conseguindo assim, difundir a sua doutrina, juntamente com o apoio da imprensa.

O que vislumbravam os líderes germânicos que lhes seria favorável no apoio e proteção dados à Lutero? Alguns líderes germânicos vislumbraram, através da doutrina

luterana, uma oportunidade de combate à influência da Igreja em questões referentes à desejada unificação da Alemanha.



Ilustração de Lutero com as Escrituras e demônio submetido ao chão, ano 1521 (disponível em: http://1.bp.blogspot.com/_6G8ywKXV4pg/SKhXrPX2RiI/AAAAAAAAABf8/gXaFqC8_NZs/s400/lutero+-1521.jpg – acesso em: 14/06/2010)

O apoio a Martinho Lutero significava o fortalecimento dos poderes dos líderes germânicos, o que poderia favorecer a descoberta de uma maneira de pôr fim aos altíssimos impostos cobrados pela Igreja e, até mesmo, para o confisco dos inúmeros bens católicos.

Tais eventos produzem, no espaço das “cidades”, um novo corpo doutrinário que começa a ganhar forma e definições. De um modo mais amplo podemos citar alguns pontos onde houve profundas alterações geradas pelos pensamentos luteranos: ao reconhecer a fé como o ponto crucial e não as boas obras, como a Igreja Católica defendia, ele põe em questionamento a validade do papel de mediação que a Igreja promovia entre Deus e os fiéis, apoiando a confissão e a oração de maneira direta.

Não se trata aqui somente dos pecados cometidos com obras, palavras ou pensamentos, mas também da inclinação para o mal. É um erro crer que este mal possa ser curado com obras, posto que a experiência demonstra que, apesar de todas as boas obras, esta inclinação para o mal subsiste e ninguém está isento dela, nem sequer uma criança de um dia. [...] Desta forma, somos pecadores aos nossos olhos e, apesar disto, estamos justificados perante Deus se tivermos fé. No entanto, a natureza é natural e inevitavelmente má e viciada. (Lutero, Comentários à Epístola aos Romanos, 1515-16. Apud Seffener, 1993: 33)

Lutero contesta o uso do latim que, quase exclusivo ao corpo eclesiástico católico, lhes dava o privilégio da leitura e compreensão das Sagradas Escrituras. Traduz a Bíblia para a língua alemã e produz uma mudança social importante: uma maior liberdade de acesso e interpretação da obra, visto que, a grande massa da população não dominava o latim, Ele preserva o conceito dos sacramentos, contudo, salienta que somente a Eucaristia e o Batismo são genuínos. A autoridade do papa, o celibato, o culto aos Santos e à Virgem são por ele completamente ignorados.

Inúmeros são os escritos e as obras produzidos por Martinho Lutero e diversos são os pensadores influenciados por eles. Aqui, destacamos o humanista francês João Calvino.

Calvino publicou vários estudos e reflexões sobre a religião Protestante. Ele buscava organizar a nova doutrina, que emergia em meio a catecismos e da formação de comunidades formadas pelos novos convertidos, sobretudo na Suíça.

João Calvino, porém, distanciou-se da idéia central do luteranismo: a salvação pela fé. Partindo do conceito da onisciência divina nasce a doutrina da Predestinação. Segundo Calvino, alguns homens seriam predestinados à salvação e outros à danação, não cabendo a estes a alteração de seu destino que já fora previamente determinado por Deus. O Calvinismo relaciona o acúmulo de riquezas, a poupança e o sucesso como sinais de salvação e, por este motivo, incentivava as atividades comerciais da burguesia, conquistando assim a aceitação da nova doutrina entre os círculos burgueses.



Calvino (disponível em: <http://idanielth.files.wordpress.com/2009/04/calvino.jpg> – acesso em: 14/06/2010)

Outro ponto de divergência entre a religião Luterana e o Calvinismo pode ser percebido com relação ao rígido controle exercido entre os fiéis calvinistas, havendo a fiscalização do comportamento como, por exemplo, o adultério.

No que se refere aos demais conceitos e fundamentos, o Calvinismo conservava uma intensa proximidade com a doutrina Luterana. A atuação da doutrina Calvinista mostrou-se mais intensa na Suíça, como já citamos anteriormente, na Irlanda, Escócia, França, Inglaterra e Holanda.

A Inglaterra, neste período, atravessa movimentações que irão repercutir, até aos nossos dias, nas tranquilas ou radicais diferenças religiosas. Durante o reinado de Henrique VIII, na Inglaterra, no período de 1509 a 1547, nasce, com o respaldo do Rei, a Igreja Anglicana. Durante este período, dois pontos foram cruciais para o seu surgimento: uma crescente necessidade de fortalecer o poder real em meio à grandiosa influência política e material do clero e, posteriormente, a problemática causada pela necessidade de anulação do casamento do rei com Catarina de Aragão (que possuía problemas de fertilidade, fato que ocasionaria sérios problemas com relação à sucessão real). O Papa Clemente VII não concedeu o divórcio ao rei, fato que abalou ainda mais a relação do clero e a nobreza.

Caso Henrique VIII viesse a falecer, o fato de não haver um herdeiro legítimo masculino poderia causar o domínio da Espanha sobre a Inglaterra. Em face da eminência desta não desejada possibilidade o rei decide criar a Igreja Anglicana, rompendo os seus laços com Roma, iniciando o processo de confisco dos bens da Igreja e efetiva o seu divórcio, casando-se em seguida com Ana Bolena⁴.

Em termos doutrinários, a Igreja Anglicana não apresentou grandes rupturas com o catolicismo (excetuando-se o culto aos santos e a tradução da Bíblia). Sua área de atuação restringiu-se pelo menos durante os séculos XVI e XVII, à própria Inglaterra, a Irlanda e a Escócia.

Outros movimentos reformadores surgiram a partir do século XVI e se difundiram pela Europa e pelo mundo. Citamos, sem termos como objetivo aprofundar neste trabalho, o Anabatismo (que pregava a igualdade pelo batismo), o Puritanismo (Inglaterra), o Presbiterianismo (Escócia).

⁴ O reinado de Henrique VIII e de suas filhas Mary e Elizabeth, irmãs por parte do pai, é período fértil no campo historiográfico e artístico, tanto no teatro como no cinema.

1.2 - A CONTRA REFORMA CATÓLICA E O SURGIMENTO DA COMPANHIA DE JESUS

A Contra-Reforma pode ser entendida como um conjunto de ações ofensivas aos movimentos protestantes, juntamente com a reorganização e o reforço das bases da Igreja Católica, havendo uma preocupação com a uniformização de seus procedimentos. Destacamos três fatores que sustentaram a reação da Igreja: o Concílio de Trento, os Tribunais do Santo Ofício, a criação da Companhia de Jesus.

O Concílio de Trento, nome originário de uma reunião da alta cúpula de Trento, cidade italiana, tem como objetivo central autenticar ou criar normas para a organização da Contra Reforma Católica, com duração de 1543 a 1545, foi um fator importante de apoio a Contra Reforma.

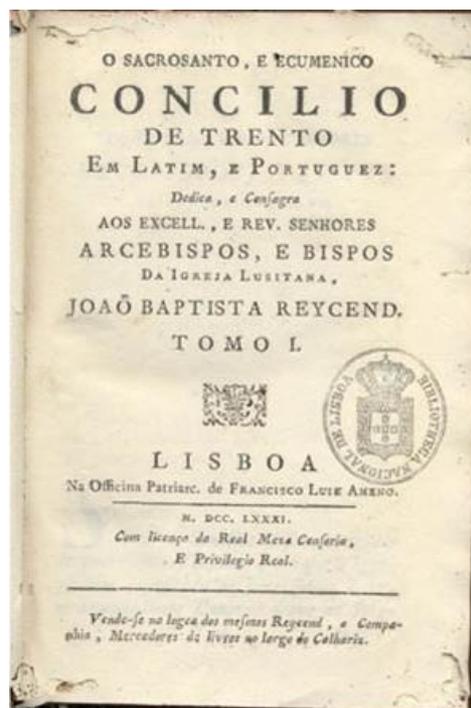
O Sacrossanto, Ecumenico, e Geral Concilio Tridentino, legitimamente congregado com assistência do Espirito Santo; presidindo nelle os mesmos Legado e Nuncios da Sé Apostolica; posto que, não sem particular proteção, e direcção do Espirito Santo se juntou, para expor a verdadeira, e antiga doutrina da Fé, e Sacramentos; e outros detrimientos gravíssimos, de que ao presente a Igreja de Deos miseravelmente se acha attribulada, e dividida em muitas, e diversas partes; desde o principio desejou sempre principalmente arrancar pela sua raiz a zizania dos execraveis erros, e scismas que o homem inimigo semeou sobre a doutrina da Fé, uso, e culto da Sacrosanta Eucharistia, nestes nossos calamitosos tempos; a qual com tudo Nosso Salvador deixou na sua Igreja, como symbolo da sua unidade, e da caridade, com que quis estivessem unidos todos os Christãos (Concilio de Trento, 1781: 241).

Durante a realização do Concílio de Trento, surgiram diversos conflitos de interesses. Os Príncipes protestantes se opuseram em diversos momentos e se recusaram a devolver os bens confiscados da Igreja. Lutero se manifestava ferozmente através de seus escritos, além de inúmeros outros desacordos eclodidos.

Diversas foram às questões tratadas durante o Concílio: os dogmas, a disciplina, a tradição, o pecado original, a doutrina da justificação, os sacramentos, a eucaristia, o culto aos santos, etc.

Em meio às inúmeras decisões tomadas durante a realização do Concílio, destacamos algumas: a consolidação das práticas e dogmas católicos, a autoridade papal

na interpretação da Bíblia, o uso da Vulgata (a Bíblia traduzida para o latim), o culto aos Santos e a Virgem, etc., a criação de Seminários demonstrando uma preocupação com o comportamento e o preparo do clero, e o combate ao Protestantismo através da ampliação de poder ao Santo Ofício, além da reafirmação do uso do Índice para livros considerados profanos, hereges e proibidos, censurando assim, as obras que feriam a fé católica.



Disponível em: <http://purl.pt/360>

A Santa Inquisição, conhecida também como Tribunais do Santo Ofício, atuou como um dos importantes aspectos práticos na reação católica contra o avanço do protestantismo. O Santo Ofício foi estabelecido durante o século XIII e revigorado no ano de 1542, passando a atuar em grande parte do Ocidente Cristão.

O cristianismo que teve seu início marcado, também, por perseguições e mortes, conhece posteriormente o crescimento, expansão, consolidação e poder. À medida que crescia, procurava formas próprias de estruturação e implantação de regras, de acordo com suas necessidades de coesão. Da necessidade de controlar e garantir esse conjunto de regras e estruturas nasceu a Inquisição.

A Igreja intitula a Inquisição como um “braço” seu de direito. Aos Bispos cabia a função de mediar e julgar os embates dentro e fora da Igreja. Para isso baseava-se no procedimento romano acusatório, uma herança do direito romano que funcionou por um tempo, mas ficava claro que o princípio era reforçar o poder da Igreja e fazê-la ser

temida e, diante desse interesse primeiro, a justiça ficava secundarizada, considerando sempre que não existiam limites para os desvios da fé.

Com essa preocupação, iniciou-se uma investigação do Ofício pelas autoridades eclesiais. A princípio, o clero passaria por esse procedimento disciplinar em caráter restrito. Tal medida originou o *procedimento inquisitorial* passando, posteriormente, a ser aplicado no combate às heresias. Com um nome bem elaborado que a princípio intimidava e se fazia cumprir, não obtém tanto sucesso na maioria de suas investigações, pois suas práticas não iam além de perguntas investigativas as pessoas e estas, supostamente informadas ou participantes no caso, usavam um caminho tático que sempre levaria ao emudecimento das testemunhas, que temiam repercussões negativas que suas declarações acarretariam para si.

Com essa “falha” no procedimento inquisitorial, desabrocha um terceiro meio de iniciar processos judiciais, sendo estimulado pela delação, onde o autor da mesma tinha dos inquisidores a responsabilidade, perante Deus e as pessoas, a total segurança de não “vazar” seu testemunho. A justificativa era proteger as testemunhas das futuras vinganças por parte dos acusados e através desse procedimento dar fim às impunidades de quem possuía poder. Mas, transformou-se em uma larga porta para delações carregadas de inverdades, levando a estremecer as bases da credibilidade do Santo Ofício.

A Inquisição objetivava combater a heresia, as práticas demoníacas e a feitiçaria que, segundo a Igreja, “rondavam” algumas pessoas daquela época, embriagando-as com idéias contrárias ao da Igreja. O método usado dividia-se em três momentos seqüenciados: a investigação (apura-se os “fatos”), o interrogatório (de acordo com a situação do envolvido) e a punição (geralmente aplicada na maioria dos casos).

As idéias dos Inquisidores encontravam-se tão povoadas das idéias de pecados, ações e pactos demoníacos, aparentando o inverso do comportamento dos fiéis, que viviam oprimidos diante de tais circunstâncias. Tais comportamentos e alienações escondiam pretextos com implicações políticas e econômicas, através do uso da tortura indiscriminada. Seu uso, por muitas vezes, subtraía confissões ilegais de crimes que nunca aconteceram, sendo comum o confisco dos bens materiais do condenado pelo clero. Mesmo diante desse quadro de vergonha e abuso de poder com práticas extremadas, a Inquisição perdurou até o século XIX. Somente no século XX, na década de 90, o então Papa João Paulo II, fez um discurso em nome da Igreja, onde seu teor era o pedido de desculpas pelos anos de intolerância da Inquisição.

No bojo das estratégias de enfrentamento da Igreja Católica ao Protestantismo é que vamos entender a consolidação da Companhia de Jesus. Inácio de Loyola foi o principal organizador da Companhia que obteve a aprovação do Papa Paulo III no ano de 1540. O Colégio de Santa Bárbara serviu de base para Loyola na elaboração do método de estudos da futura Companhia de Jesus. Loyola também aproveitou este período para aperfeiçoar as técnicas de meditação que foram por ele desenvolvidas, posteriormente conhecidas como “Exercícios Espirituais”.



Inácio de Loyola (disponível em:
http://www.prdagente.pr.gov.br/arquivos/Image/c2_festasreligiosas/sto_inacioloyola.a.jpg –
acesso em: 14/06/2010)

Em 1548, os Exercícios Espirituais de Inácio de Loyola foram sancionados pelo Papa Paulo III. Esses Exercícios tinham como objetivo alcançar o perdão dos pecados cometidos pelos seus praticantes e a busca pela descoberta da vontade divina para determinada pessoa, ou seja, descobrir o que Deus espera que ela faça.

Este método de meditação tem sua origem vinculada à necessidade religiosa de disciplinar o espírito e controlar a imaginação, proporcionando deste modo, o controle racional sobre o corpo. Segundo Gambini (1988: 101), o praticante que se submetesse aos Exercícios deveria deixar de lado todas as atividades normais por todo um mês e viver em absoluto retiro.

Os Exercícios Espirituais dividem-se em quatro semanas e cada uma delas é composta por um estágio distinto. A primeira semana tem por objetivo principal o

exame dos pecados cometidos, ao seu término, o praticante deverá ter a sua alma apta a ouvir o chamado divino.

Durante a segunda semana é necessária a purificação do uso dos sentidos, reeducando-os e freando assim os corpos. Na terceira semana, o praticante deveria ater-se a meditações e a jejuns. À quarta semana também era destinada à meditação, entretanto o tema era Cristo ressuscitado e, após a sua conclusão, o discípulo deveria ser capaz de sentir o amor divino.

Inácio uniu-se a outros jovens colegas que partilhavam do mesmo desejo de entregar suas vidas à obra missionária, dando início à criação da Companhia de Jesus. Esta ordem religiosa foi de suma importância para o catolicismo durante a Era Moderna.

Sua organização e hierarquia eram semelhantes às companhias militares⁵, por essa razão os jesuítas eram conhecidos como “Soldados de Cristo”.

Em 1534, comprometeram-se solenemente a permanecer unidos para sempre (voto de Montmartre), dedicando suas vidas na pobreza e na castidade à salvação das almas, se possível junto ao sepulcro de Cristo convertendo os infiéis. Esse juramento corresponde ao nascimento da Companhia de Jesus, embora a aprovação papal só tenha sido dada em 1540. (Gambini, 1988:88)

Os jovens que compunham a Companhia apresentaram-se ao Papa Júlio III na expectativa de receber alguma incumbência enquanto aguardavam uma possível ida a Jerusalém.

(...) Os companheiros ficaram então à espera de uma missão e para passar o tempo alimentavam os pobres, procuravam doutrinar as prostitutas que povoavam as ruas de Roma e preparavam catecúmenos entre árabes e hebreus. (Gambini, 1988:88)

Neste momento, o rei recebe uma carta do Dr. Diogo de Gouveia – um de seus conselheiros, humanista e reitor do Colégio de Santa Bárbara – que lhe sugere o envio do grupo de jesuítas para as terras d’além - mar, visto que, era necessário garantir o desenvolvimento e a proteção de terras tão cobiçadas por outras nações.

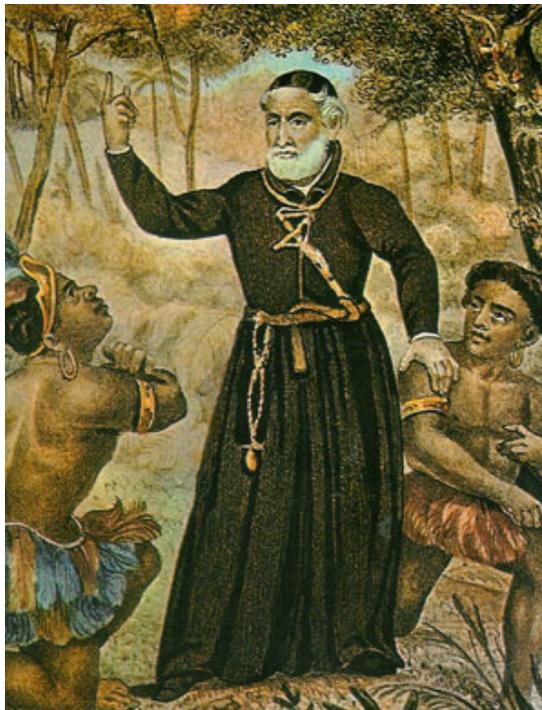
Como os jesuítas se encontravam à disposição do Papa, como já citamos anteriormente, o rei necessitava da aprovação do mesmo para o envio dos jesuítas ao

⁵ Ignácio de Loyola, antes de voltar-se para o mundo espiritual, foi militar e sua conversão se dá após um ferimento em batalha tendo, segundo o que se tem de registro, passado por uma experiência de iluminação divina.

Novo Mundo. O Papa Júlio III, após tomar ciência da proposta do rei, mostrou-se disposto a aceitá-la, entretanto, devido aos previstos e imprevisos riscos que tal missão possuía, achou melhor consultar os jovens jesuítas, que prontamente se dispuseram a tal aventura.

A Missão jesuítica está no centro do movimento militante da Contra-Reforma, mas percebeu que sua guerra religiosa não é a europeia, está nos trópicos e a maior arma é o saber. O controle do saber se confunde com o controle do poder: poder e saber – Fé e Império – se confundem e se alastram para fora dos centros em que se engendram, e descem para o Sul. (Flores, 2003:85)

Os padres Manoel da Nóbrega, José de Anchieta, Antônio Vieira, com os seus feitos, são alguns dos maiores exemplos da importância das obras desenvolvidas pelos jesuítas na literatura, nas questões sociais e políticas. O padre jesuíta Antonio Vieira destacou-se grandiosamente em seu trabalho em terras brasileiras. Ele fora um forte aliado do Rei de Portugal, atuando por diversas vezes como seu Conselheiro e possuía bastante prestígio.



Padre Antônio Vieira (disponível em:
http://www.bahia.com.br/site/global/imgs/viver_bahia/historia/Pe-Vieira-convertendo-indios.jpg – acesso em: 14/06/2010)

Os Sermões de Antonio Vieira incomodavam algumas pessoas influentes, pois através dos mesmos o padre defendia os seus ideais de justiça e verdade e denunciava a realidade social da Colônia Portuguesa. Além disso, o padre envolveu-se em intrigas sobre o governo brasileiro, fato que prejudicou ainda mais as suas relações com algumas pessoas importantes.

Abandonado pelos poderosos, o jesuíta começou a sofrer todos os tipos de perseguições. As acusações contra ele foram inúmeras. Capelães, desembargadores, padres dominicanos e de outras ordens, mesmo jesuítas, até mesmo alguns marranos iam à presença do Santo Ofício para registrar as culpas de Antônio Vieira (...). (Miranda, 1989: 179)

Apesar das diversas acusações, o padre jesuíta não chegou a ser condenado pela Inquisição por falta de provas e faleceu no Brasil, cego e parcialmente surdo, mas sem abandonar os seus ideais.

A Companhia de Jesus atuou no mundo inteiro, tendo como objetivos a reconquista de áreas maculadas pelo protestantismo e a conquista de novos fiéis para o catolicismo. A América Espanhola assim como a Portuguesa, resultantes do movimento marítimo, a partir da Península Ibérica, conhecido como “Descobrimientos”, apreciaram de perto a atuação dos padres jesuítas, suas peças de teatro, seus sermões, aldeamentos e, com destaque, seus Colégios.

CAPÍTULO II – AO ENCONTRO DO DESCONHECIDO: INTERVINDO PELA FÉ

O soldado é antes de tudo alguém que se reconhece de longe; que leva os sinais naturais de seu vigor e coragem, as marcas também de seu orgulho: seu corpo é o brasão de sua força e de sua valentia (...). (Foucault, 2001: 117)

2.1 – A CHEGADA DOS JESUÍTAS AO BRASIL E SUA AÇÃO POLÍTICA

Na História da Europa moderna e colonizadora, encontramos o que se convencionou chamar, após vários nomes, de Brasil. As terras assim nomeadas surgiram como produto da expansão comercial ultramarina portuguesa e da conquista de novos territórios pelos Estados Absolutistas.

O financiamento dos incursos caríssimos de tais empreendimentos saía dos cofres do Estado centralizador, inicialmente. Tal investimento proporcionou a ampliação dos reinos absolutistas, seu poderio e hegemonia. Assim sendo, o Estado nacional absolutista bancou todo complexo planejamento, que incluía: novas embarcações, investimentos em segurança e, fator importante, o apoio incondicional aos Jesuítas e sua Missão, apoio para construções de escolas. Estratégias que garantiriam a dominação e controle da população que aqui encontraram e da que para as novas terras vieram em busca de prestígio, riquezas; ou obrigadas⁶.

A Colônia, claro, se distinguia do seu país colonizador, e para os primeiros navegadores que aqui chegaram sua visão lhes parecia a “visão do próprio paraíso terreal”⁷. As disputas entre Metrópole e Colônia produziram outras maneiras de “ver” as terras do “além-mar”: dependente da Metrópole; sem poder político e econômico; sem direito de pensamentos e idéias autônomas; explorado à exaustão, etc.

Definitivamente, seu destino quem traçava era o colonizador que representava a Metrópole, agindo conforme sua necessidade. Essas características, os termos Colônia e

⁶ Falar sobre os degredados e sobre as meninas acolhidas em conventos para onde eram mandadas com fins de casamento.

⁷ Metáfora encontrada no livro “Visões do Paraíso” de Sergio Buarque de Holanda.

Metrópole, caracterizam o sistema Colonial brasileiro, empurrado pelo sistema capitalista consolidado na Europa entre os séculos XV e XVIII.

O primordial neste processo, onde imperava a submissão incontestável e mansa por parte da colônia em relação à Metrópole, consistia na exclusividade do comércio por parte de quem era de direito essa exploração: a Metrópole.

O monopólio de exploração comercial das colônias gerou uma economia de caráter periférico, ou seja, a colônia funcionava como geradora de riquezas destinadas a suprir a demanda da economia metropolitana. A colônia parecia estar destinada para desempenhar essa função histórica: provedora de recursos à Metrópole. Processo gerador, para a burguesia mercantil, de lucros absurdos apoiados no direito da exclusividade do comércio dos produtos trazidos da Colônia além de, outro fator igualmente importante que engrossava a lucratividade, da vantagem de exclusividade em relação à comercialização de produtos manufaturados na Colônia.

Essa por sua vez se encontrava em situação de desvantagem, sendo coagida a vender seus produtos com custos minoritários e, em contrapartida, readquirindo-os obrigatoriamente através do comércio da burguesia colonial portuguesa, a preços majorados. Em suma, o ciclo de exploração colonial, levou os grupos compostos pela burguesia mercantil portuguesa, a uma acumulação de capital bastante acelerada.

Em relação ao mundo civilizado, a América, do outro lado da Terra, era de fato o reino do inconsciente, exatamente por localizar-se fora da esfera de qualquer conhecimento, fé ou poder. O continente tinha que ser conquistado, integrado e identificado com as nações-mãe o mais rápido possível e com lucro. (Gambini, 1988:76)

Por motivos diversos, aquele momento histórico repleto de inovações tecnológicas, turbulências políticas, econômicas e religiosas, a “descoberta” de novas terras despertava o interesse de todas as camadas da sociedade europeia. Gambini salienta que para a Igreja: “As notícias das aventuras dos irmãos do outro lado do Atlântico eram um sinal vivo das manifestações do Espírito Santo e um fermento para despertar vocações missionárias” (Gambini, 1988:70).

Flores, contudo, destaca uma das preocupações a respeito dos “nativos” que a Companhia de Jesus ia ao encontro: “No caso das ‘terras exteriores’ sempre fica a indagação: terão “eles” tido conhecimento do Bem e o rejeitado, ou seriam inocentes a quem Deus espera que os cristãos valorosos vão dar a Boa Nova?” (Flores, 1978:41)

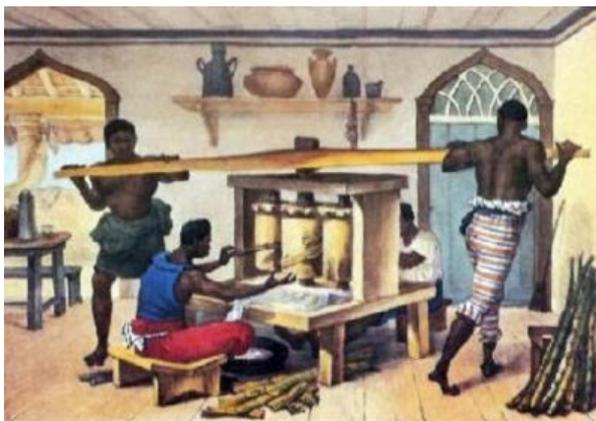
Em meio a tantas modificações políticas e sociais é possível compreender o surgimento de inúmeras indagações e suposições. Entretanto, um pesquisador mais atento aos detalhes, aos pequenos indícios, perceberá que os motivos da vinda dos jesuítas para as terras d'além mar não foram puramente religiosos. Diversos outros interesses estavam presentes.

Segundo a expressa vontade do monarca, os jesuítas no Brasil deveria ser os portadores e mantenedores de uma certa moralidade ou padrão de comportamento, expresso no caso pelos princípios básicos do catolicismo. O objetivo político-espiritual era colonizar a terra, fortificar e enriquecer a Coroa e converter os indígenas. (Gambini, 1988:82)

Assim, razões políticas e econômicas revelaram-se intrinsecamente ligadas ao trabalho jesuítico, afinal, novas terras significam futuros súditos e, conseqüentemente, maiores possibilidades de lucros. Porém, a Companhia de Jesus e aqueles que a representavam – os jesuítas – tinham seus próprios objetivos, suas próprias razões, e por a eles estavam ligados como “um só corpo”.

2.2 – NOVA REORGANIZAÇÃO TERRITORIAL: DIVIDIR PARA MELHOR GOVERNAR, UNIFICAR PARA MELHOR CONTROLAR.

Os portugueses, na ânsia de garantir a guarda, exploração e monopólio em suas colônias, para obtenção de altos lucros junto ao mercado Europeu, iniciam processos de adequações e investimentos na agricultura. Como política econômica voltam-se unicamente para o cultivo da cana-de-açúcar, devido à sua alta valorização na Europa.



Engenho de cana (disponível em: http://www.webartigos.com/content_images/cana.jpg
– acesso em: 14/06/2010)

Esse processo possibilitou, não só o monopólio de mercado junto à Europa trazendo prosperidade incalculável para a burguesia comercial, como também ajudou na ampliação de povoados, se organizando estrategicamente para garantir a defesa de suas terras colonizadas, sendo sua maior preocupação voltada para a colônia brasileira, seu maior celeiro, devido às freqüentes incursões por partes de países europeus, principalmente a França e a Holanda.

Mas, as marcantes diferenças entre o avanço colonizador entre as Capitânicas Hereditárias passam a preocupar e impelem para busca de nova formatação territorial para a Colônia.

Como as Capitânicas possuem dificuldades como falta de dinheiro, extensão do território, o que dificultava a administração, ocasionava o desinteresse dos donatários e a resistência dos índios, é criado o Governo Geral, com objetivo de apoiar estas Capitânicas, para que o processo de colonização conseguisse um desenvolvimento estável.

Neste contexto é possível perceber que para estes trabalhos não é necessária uma formação especial, logo, a meta principal dos colonizadores não é a educação, e sim a exploração das riquezas naturais e o lucro. (Mendonça, 2006: 24)

A base do sistema colonial seria traçada para atender a demanda do modo de produção. A princípio, a melhor opção para a mão-de-obra era o povo nativo, os índios. Mas, a dificuldade em lidar com o indígena e seus costumes, inclinou o sistema colonial a adotar a escravidão, onde a principal figura era o negro africano.

A escravidão, tanto com os índios, como os negros trazidos da África, mostrava-se um meio de exploração com requintes de crueldade, revelando uma controvérsia entre as ideologias cristãs e o cotidiano econômico e social, regido pelos cristãos portugueses. Nesse contexto, os jesuítas se contrapunham ao modo escravista e o massacre dos povos naturais. O plano vultoso da implementação de latifúndios para cultivo de cana-de-açúcar, a posteriori, incluindo o tabaco e o algodão, pressionaram o aumento do tráfico de escravos, exclusivamente africanos, proporcionando exorbitantes rendimentos ao Estado e a burguesia comercial portuguesa.

Os jesuítas são os representantes dos valores culturais e são perseguidos pelo fazendeiros quando o interesse destes são de alguma forma perturbados, é o que acontece no ponto de discórdia entres estes dois representantes que é a questão da escravização dos índios. As relações sociais vão se refazendo e o eixo social deixa de ser a corte, ainda que reine o rei, para as letras que vão assumindo. O eixo passa a ser os senhores de engenho que produzem as exportações e as letras se tornam mercantis não tratando simplesmente do interesse mercantil, mas da valorização social. (Mendonça, 2006: 37)

O Governo Geral, instaurado em 1549, foi esquematizado especialmente para cumprir um regime que viabilizasse o processo de colonização, assim como, definir e defender a colônia. Entre o período do Governo Geral até algumas décadas finais do século XVIII, os jesuítas são exaltados pelos seus valiosos préstimos evangelísticos e educacionais, levando Portugal a “domesticar” o povo nativo e fortalecer o poderio português na colônia.

Não se pode desprezar a importância da Missão Jesuítica. Durante a longa estadia no Brasil, destacaram-se principalmente no setor educacional, conseguiram

avanços na catequização do povo nativo e dos colonos. Não somente nesse setor, mas participaram diretamente organização burocrática da principiante sociedade brasileira produzindo intensas e eficazes redes de sociabilidade que tempos depois seriam importantes em suas estratégias de permanência no Brasil.

Mas... neste momento de encontrar o desconhecido suas ações eram saldadas como fundamentais. Afinal, havia uma “comunhão” de interesses: os da Coroa Portuguesa e os da Companhia de Jesus: civilizar para dominar, civilizar para e pela fé.

2.3 - CIVILIZAR PELA FÉ

Havia portanto uma segunda prioridade, não explicitada mas igualmente atribuída aos jesuítas, o controle ético do comportamento de um contingente cada vez maior de ‘outras pessoas’. (Gambini, 1988:85)

A presença da natureza praticamente intocada das terras brasileiras convida á intervenção humana para que houvesse “purificação” destes locais considerados “selvagens” e “rudes” pelos povos europeus. “A *civilização* é vista no século XVI como um modo de aperfeiçoamento do ser humano, um conjunto de instrumentos que o esculpe e o lapida. Modela alguma coisa que, em princípio é rude, tosca e vulgar. O adjetivo mais freqüente para *natureza* é ‘bruta’. E o ideal é que seja tocada, cinzelada, alterada e construída pelo cristianismo.” (Flores, 1978:50).

A relação de interação entre o índio e a natureza, juntamente com o seu modo peculiar de viver e a sua visão de mundo singular provoca o surgimento de questionamentos quanto à “animalidade” ou “humanidade” dos indígenas.

O “desconhecimento” é sinônimo de animalidade na medida em que não consegue estabelecer fronteiras internas às tribos, e fronteiras entre as tribos e a natureza. Ou seja, não consegue estabelecer – segundo a ótica religiosa – leis capazes de criar proibições que a afastariam da animalidade. Mas como a Lei é a Lei de Deus e o gentio não conhece Deus, ele não pode ter leis e ele só pode entrar para o rebanho divino sabendo as Leis da Lei... é necessário auxílio externo que não pode ser pedido espontaneamente porque o gentio não sabe que existe Deus. (Flores, 1978:56-57)

A prática de catequizar tem o objetivo de aproximar, unir e fundir a Colônia ao seu país colonizador, num ideal de incorporar ao seu modo de viver e pensar a cultura européia, principalmente os dogmas da Igreja Católica. Nesse novo mundo virgem, onde o ouvir é mais importante que o falar, pois nem tudo se pode pronunciar, mesmo aqueles que a ensinam tem que tomar cuidado, para que não recaia a maldição de Deus, pois o mesmo é unidade e não variação, mudança ou ousadia.



Cena da primeira missa realizada no Brasil, abril de 1500 (disponível em: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/companhia-de-jesus/imagens/companhia-de-jesus-10.jpg> – acesso em: 14/06/2010)

A finalidade principal da longa e penosa viagem da Missão Jesuítica ao Brasil estava na conversão do povo “nativo”, “selvagem” e “sem cultura”, aos dogmas cristãos. A Missão encontrou muitas dificuldades e barreiras, em relação ao cumprimento do plano, isso levou os mestres a várias adaptações de sua didática, quase imutáveis, em pontos que estão visivelmente contidos nas suas obras.

Dentro dessas adaptações, notamos a necessidade de aprender a língua nativa para contato direto com os índios, e as crianças indígenas tiveram papel importante nesse processo. O contraste das línguas (estrangeira e nativa) trouxe dificuldade para os ensinamentos cristãos, estando a solução na criação de uma terceira, onde todos interagissem. Nasce, portanto, a mescla do tupi e o português. Esses recursos e concessões eram inéditos na Igreja, devido à sua imobilidade cultural e dogmatizadora.

Se o saber é sinônimo de saber decifrar o código Divino, o latim é seu acesso privilegiado. Mas o latim é uma língua ‘cultura’ e a missão não tem uma platéia ‘cultura’; a missão vai justamente doar a ‘cultura’. Para isso, entretanto, precisa ser ouvida. (Flores, 2003:83)

O percurso trilhado pelos padres jesuítas para a conversão dos gentios à luz do catolicismo é árduo e bastante complexo, pois os mesmos tinham que atuar na disseminação da educação formal a um povo com características bastante singulares.

O chefe da Missão Jesuítica, no Brasil, era Manuel da Nóbrega, que junto com seus missionários mudou a estratégia de metodologia tradicional jesuítica, para alcançar de maneira satisfatória seu maior fim: difundir o cristianismo. Apropriou-se de elementos culturais indígenas (língua, ritos e mitos) e, em 1556, instaurou a ordenação dos aldeamentos, tentando solucionar algumas dificuldades na implantação do cristianismo.

Há controvérsias entre os estudiosos, quando o assunto diz respeito aos aldeamentos. Para uns, funcionava como meio de forçar a retirada do índio, frente ao seu colonizador, ou seja, definição de posições (colonizador e colonizado) e, de certa forma, tentar esconder o vergonhoso processo de desapropriação dos nativos, frente a outros países europeus; enquanto para outros, promovia a destruição da cultura e do povo nativo, através dos ensinamentos jesuíticos.



Padre Manoel da Nóbrega (disponível em:
<http://cantodoaprendiz.files.wordpress.com/2008/11/pe-manuel-nobrega.jpg> – acesso em:
21/06/2010)

Entre os séculos XVI e XVII, o colonizador português empenhava-se insistentemente na necessidade de implantar a sua língua materna para enraizamento de sua cultura e domínio, e mesmo procedimentos simples de aprendizagem da língua se destinavam a essa função. O fato de constituir aldeias eram formas estratégicas para fixar as tribos indígenas em locais certos, pois os índios eram nômades, e dessa forma

os jesuítas poderiam: concluir as aulas de forma freqüente, garantir o controle e andamento do trabalho educacional, catequizar e difundir a língua colonizadora. A estratégia de aldeamento, também possibilitava aos jesuítas ter segurança de ao retornar àquela tribo para averiguação do processo de aprendizagem, encontrá-la no mesmo espaço geográfico.

Antes da implantação dos aldeamentos jesuíticos, o modo de morar indígena não era vista com bons olhos pelos padres jesuítas, pois eram muito grandes, comportava inúmeras famílias, não havia divisões físicas em seu interior, fato que, no “olhar” eurocêntrico do como deveria se constituir o modo de viver ocasionava a total falta de privacidade entre os que ali habitavam.

Este conjunto de fatores se mostrava inaceitável para os padrões europeus e a necessidade de mudança nessa estrutura organizacional era extremamente urgente.

Percebemos duas principais críticas dos jesuítas a estas habitações, primeira a desproporção, um grande número: no tamanho da casa e na extensa população, a segunda, a invisibilidade de espaços, olhares e tarefas. Os jesuítas não conseguem ver distinção entre nenhuma unidade, seja, social, econômica ou espacial, e para que haja lei, segundo a cultura européia, é necessário divisões visíveis, admitindo, assim, a noção de hierarquização. (Mendonça, 2006: 39)

As grandes casas que comportavam várias famílias dificultavam a idéia de divisões hierárquicas, causando assim, um entrave para que se pudessem exercer funções de comando, controle, divisões de tarefas, entre outros aspectos considerados indispensáveis a uma “vida social sadia”, segundo os padrões culturais europeus. As “reduções” realizadas das ocas para as grandes casas possibilitaram a separação das famílias, modificando a estrutura social estabelecida.

Com a segregação dos indígenas em grandes aldeias parece-nos terem os jesuítas desenvolvido no seio das populações aborígenes uma das influências letais mais profundas. Era todo o ritmo de vida social que se alterava nos índios. Os povos acostumados à vida dispersa e nômade sempre se degradam quando forçados à grande concentração e à sedentariedade absoluta. (Freyre, 1980: 144)

Na aldeia, é onde a vida passa e se perpetua a moral e os costumes. Lugar importante no cotidiano tribal. Porém, como citado anteriormente, os índios são

considerados despossuídos de cultura, são apenas “moldes brutos” a serem formatados pelas mãos dos jesuítas.

No cotidiano da vida nas aldeias, os jesuítas se utilizavam de ferramentas variadas para a disseminação dos conceitos e valores cristãos. A música, a realização de peças teatrais, o recitar de poesias, entre outras atividades, eram sempre utilizadas para a promoção da concepção cristã entre os indígenas.

A estratégia era alcançar o público infantil. Primeiramente, conseguiam sua confiança, então podiam interagir e retirar informações preciosas para organizar a melhor metodologia a ser aplicada. Assim, as crianças aprendiam cantigas piás e, reproduziam aos parentes, em sua língua nativa. Pode-se afirmar que a criança indígena foi a reprodutora mais eficaz da Missão. Através dela, os jesuítas aperfeiçoavam processualmente seus métodos de ensino, durante o Brasil Colônia.

A música é considerada o primeiro processo acessório de metodologia na educação indígena. Através dela, os ensinamentos jesuíticos alcançavam as aldeias, visto que, despertava a atenção e empatia dos índios locais. Sua sonoridade consistia na integração dos índios e seus instrumentos, com direito a adaptações no estilo e repertório, onde as letras exaltavam o Deus cristão.

Outro tipo de metodologia aplicada, pelos Jesuítas missionários, era o teatro. Não de forma tradicional, mas adaptada à vida cotidiana da tribo. A educação evangelizadora, nessa modalidade, era promovida com peças ora em português, ora em tupi, conforme a ocasião. Os autos contavam em versos a vida dos santos e personagens bíblicos. A literatura clássica não fugia às adaptações da Igreja nas apresentações. E, se falando em variedade de recursos, a dança também foi utilizada e adaptada para a evangelização, carregada na tradição indígena, começou a ser incluída nos festejos religiosos da Igreja.

A Aldeia não é apenas um lugar que foi escolhido para que se pudesse converter determinados povos a uma determinada religião. Não: a Aldeia ensina o saber dos livros mas ensina também formas de comportamento, práticas econômicas, técnicas corporais, interdições, penalidades etc. Enfim, é uma ressocialização ‘total’, quotidiana, observada em detalhe: é um projeto pedagógico abrangente. (Flores, 2003:88)

A acomodação dos índios recém-convertidos nos aldeamentos, também contribuiu para o isolamento desses novos fiéis em face a presença dos portugueses

imigrantes, afastando-os dos maus exemplos cometidos por alguns deles, já que o contato permanente dos índios com esses “maus cristãos” seria um risco para o projeto missionário jesuítico.

A aldeia, lugar onde acontece a ascensão da cultura européia e o declínio da cultura indígena, não é somente um local de promoção da educação formal, os jesuítas vislumbravam os nativos – sobretudo as crianças – como argila mole pronta para ser moldados e transformados em algo que pudesse refletir os valores cristãos europeus, entretanto, este processo não é algo simples e fácil, em muitos momentos houve o uso de castigos corporais durante este “processo de aprendizagem”.

Flores destaca que as marcas deixadas nos corpos castigados poderia promover a “leitura” dos pecados cometidos, revelando inclusive, o seu grau de gravidade.

“Tais penas são formas de esculpir no corpo uma retaliação que, pelas marcas deixadas no corpo, permitirá uma ‘leitura’ da gravidade da transgressão dos condenados, e não castigará apenas o corpo, mas aprimorará a alma. A dor do corpo afasta o demônio, exorcizando e purificando o espírito.” (Flores, 1978:122)

Foi na Bahia onde os padres jesuítas se estabeleceram de início, onde dispunham de uma casa, uma igreja, além de terras cedidas para a construção de uma casa destinada ao ensino dos meninos índios (atualmente este local é conhecido como Água dos Meninos). Os Soldados de Cristo recebiam também um valor anual pago pela Coroa portuguesa que era destinado a cobrir as suas necessidades básicas (alimentação, vestimentas, etc.). Gambini (1988: 114) destaca ainda o papel significativo que os jesuítas exerciam na sociedade da época, eles possuíam um imenso prestígio. Para entendermos um dos motivos para tal situação, Flores salienta que:

A sociedade colonial não conhece a distinção entre a sociedade civil e sociedade religiosa; são uma única e solitária organização. Pode-se discutir uma ou outra questão secular, mas usando sempre, na argumentação, a ideologia cristã – nos métodos e na temática. (Flores, 1978:77)

Na casa destinada ao ensino dos curumins – ensino formal e, principalmente, informal – havia a utilização de mão-de-obra escrava por parte dos jesuítas para a manutenção da mesma. Em diversos livros e manuais de História da Educação percebemos a presença da afirmação que os padres jesuítas se mantinham

absolutamente contrários à escravidão, entretanto, podemos perceber que, visando alcançar o seu alvo principal - a conversão dos gentios à fé católica -, eles permitiam a utilização de escravos em determinados momentos. Seu interesse central, para isso, falava mais alto.

Nóbrega acreditava inicialmente que a liberdade da população nativa era uma condição para a paz e a conversão e não tardou a perceber o grande papel que a Companhia de Jesus poderia desempenhar nesse contexto, pois a única proteção relativa que um índio poderia encontrar seria dizendo que era cristão. (Gambini, 1988:203)

O trabalho desenvolvido pelos padres jesuítas nas terras brasileiras transcende em muito o campo educacional, pois os padres pretendiam proporcionar aos habitantes das terras descobertas condições favoráveis para que os mesmos pudessem alcançar o padrão de vida social, cultural, religioso, entre outros aspectos, idealizados pelos Soldados de Cristo.

Longe dos padres quererem a destruição da raça indígena: queriam era vê-la aos pés do Senhor, domesticada para Jesus. O que não era possível sem antes quebrar-se na cultura moral dos selvagens a sua vértebra e na material tudo o que estivesse impregnado de crenças e tabus difíceis de assimilar ao sistema católico. (Freyre, 1980: 179)

Freyre nos mostra claramente que, com a intenção de atingir o alvo de sua missão, os jesuítas não se privaram de promover abalos sérios nas estruturas culturais dos povos indígenas e para que a missão jesuítica obtivesse êxito em sua tarefa de conquistar almas para Deus era necessário o uso de um planejamento bem elaborado e eficaz.

Para atingir o sucesso na realização de tal intento, não era suficiente manter o foco na transmissão dos saberes formais, a educação informal – segundo os padrões e preceitos religiosos jesuíticos – também deveria ser trabalhada em todos os momentos possíveis e para obter o completo êxito em sua missão, os padres jesuítas almejam a ruptura, se possível completa, com a cultura indígena.

Os jesuítas são os encarregados (se encarregam) da transmissão formal do saber não só para os indígenas que querem converter, como para os filhos da população leiga. O saber vigente, contudo, não é um saber qualquer; confunde-se a todo momento com o saber da religião cristã (de que os organismos católicos são os únicos depositários legítimos). (Flores, 1978:102)

Durante um grande período, os Soldados de Cristo promoveram uma intensa atuação na catequese indígena e na educação dos filhos dos colonos, visando à criação de futuros sacerdotes e da elite intelectual, além de não abrir mão de exercer o controle da moral e da fé da população.

E a rutura se dá justamente nas formas não-institucionalizadas de socialização (educação), em que os jesuítas parecem ter tido uma permeabilidade muito maior às concretas necessidades do proselitismo missionário. A rutura é essa permeabilidade das formas não-institucionais, que permite uma dominação cultural imposta gradualisticamente e com um entrelaçamento aparentemente inocente de traços culturais tão diferentes no primeiro momento de seu contato. Permeabilidade que parece bem mais distante nos Colégios e que só foi aceita quando, de facto, inevitável. (Flores, 1978:147)

No interior dos espaços, previamente destinados à educação, o foco principal era a promoção da conversão dos gentios. A princípio, os jesuítas instauraram o ensino profissional, a seguir, o ensino considerado elementar, formado por classes para o ensino da leitura, da escrita, soletração, realização de contas e rezar em latim.

Os jesuítas deveriam também agir nos conceitos, valores culturais, éticos, costumes, etc., ou seja, apagar tudo aquilo que não poderia ser utilizado ou agregado à fé católica. Nada mais importante, para alcançar e consolidar seus objetivos, do que agir junto aos curumins que representavam o futuro de uma nação idealizada pelos jesuítas e, também, uma poderosa ferramenta a ser utilizada na disseminação da nova religião e do novo modelo de vida a ser seguido.

Observando, eles deveriam aprender a encarar-se com outros olhos, a despojar-se de seu antiqüíssimo senso de eu coletivo e a adquirir uma nova forma. O que se esperava dos índios é que se portassem como argila mole, permitindo que sua obscura e caótica natureza finalmente se deixasse moldar como algo humano. (Gambini, 1988:123)

Se, nas primeiras escolas atendiam aos filhos dos colonos e aos curumins e na tentativa de disseminar o catolicismo e os “bons costumes”, com o passar do tempo inicia-se um processo de distinção entre o tipo de educação que seria destinada aos filhos dos indígenas e aos filhos dos colonos.

A atuação sobre os curumins tinha como objetivo a conversão dos mesmos à fé católica e a docilização de seus corpos, tornando-os aptos para o trabalho. A educação destinada aos filhos dos colonos acontecia de maneira efetiva, pois estes representariam o futuro da colônia. Por esta razão, já no século XVI, os jesuítas elaboraram três cursos distintos visando à formação de teólogos, filósofos e humanistas.

CAPÍTULO III – A IMPLANTAÇÃO DO RATIO STUDIORIUM

3.1 – OS PRIMEIROS COLÉGIOS JESUÍTAS

O padre jesuíta Inácio de Loyola fundou o primeiro Colégio Clássico da Companhia de Jesus em Messina, atendendo ao convite do Vice-Rei e é justamente neste local onde podemos encontrar a gênese do Ratio Studiorum.

Visando atingir a excelência na educação e formação de seus alunos, Inácio convoca um conjunto bastante seletivo de padres, como o professor de hebreu e reitor do colégio Jerônimo Nadal, entre outros. O grupo escolhido era basicamente formado por espanhóis, alemães, franceses e italianos. O colégio criado em Messina passou a utilizar o mesmo método de ensino adotado em Paris – o *modus parisiensis*.



Colégio jesuíta de La Flèche (disponível em:

http://www.mat.ibilce.unesp.br/laboratorio/pages/historia/fotos/descartes/descartes_colegio.jpg
– acesso em: 14/06/2010)

Durante o ano de 1549 é inaugurado mais outros dois colégios, em Roma e em Palermo, utilizando o mesmo método de ensino. Com o passar dos anos, percebe-se o progresso e o aumento crescente do número de colégios jesuítas, fato este que demandou a elaboração de um manual de ensino que fosse capaz de garantir a unidade e a qualidade dos mesmos.

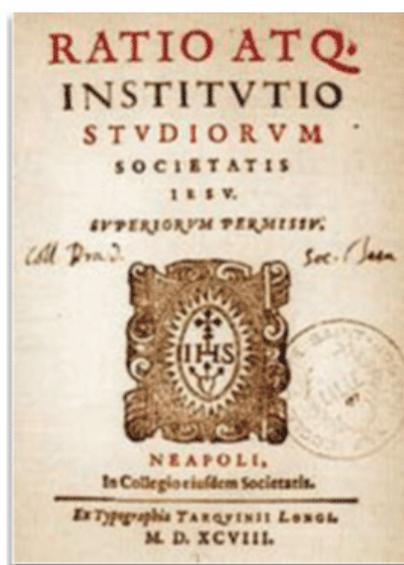
Através da colaboração do padre Jerônimo Nadal, Loyola recebe no ano de 1551 uma minuciosa descrição dos métodos utilizados e também do currículo em vigor no Colégio Siciliano. Já durante o ano de 1552, o padre Nadal é incumbido de percorrer

todo o território europeu divulgando e ensinado as constituições estabelecidas anteriormente.

A educação jesuítica tinha por finalidade formar o homem culto, polido e educado, perfeito para a sociedade aristocrática européia da época. Para atingir este objetivo a formação de seus colégios é por excelência humanística, utilizando textos clássicos como: Cícero, Sêneca, Ovídio, Vírgilio, Esopo, Plauto, Píndaro entre outros, conciliando, adaptando e até suprimindo o que não for o ideal cristão, uma vez que estes autores são pagãos, e indiferentes às críticas renascentistas, recuperam o pensamento aristotélico – tomistas, recusando-se a incorporar no século XVII, a filosofia de Descartes e várias descobertas científicas de Galileu, Kepler e Newton. (Mendonça, 2006: 21)

As viagens realizadas por Nadal tinham por objetivo principal a observação do funcionamento dos colégios, visando com isso a uniformização dos mesmos. Após seu retorno, o padre passa a assumir o cargo de Prefeito de Estudos no Colégio Romano e põe em vigência um novo *Ordo Studiorum* – por ele desenvolvido.

Posteriormente, quando o padre Ledesma assumiu o cargo que antes pertencia a Nadal, procurou dar continuidade ao trabalho desenvolvido por este, ampliando e reavaliando o seu programa de estudos, formulando assim o documento que foi de imensa valia para a criação do Ratio em 1599, o *De Ratio et Ordine Studiorum Collegii Romani*.



Disponível em: <http://fundacaovelocipedica.files.wordpress.com/2008/11/ratiostudiorum.png>
 acesso em: 14/06/2010

O grande número de Colégios Jesuítas fazia florescer problemas como a variedade dos costumes, diversidades culturais, diferentes modos de organização, etc., com o intuito de sanar ou diminuir ao máximo tais circunstâncias, foi adotado o uso de visitantes que buscavam a formatação destas instituições de acordo com o que era esperado das mesmas.

A prática das visitas e inspeções fez surgir a demanda por um documento singular que expressasse com riqueza de detalhes o que era esperado de cada componente e também dos setores que compunham estes colégios. Para tal feito é formada uma comissão de seis membros durante o ano de 1584 dando início a criação do Ratio definitivo. Em janeiro de 1599 uma circular comunicava a todas as províncias a edição definitiva do *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu*. Já não era a comunicação de um projeto de estudos, mas a promulgação de uma lei. (Franca, 1952: 22-23). Ainda segundo Franca:

Só uma codificação de leis e processos educativos poderia evitar o grave inconveniente das mudanças frequentes que a grande variedade de opiniões e preferências individuais acarretaria, com a sucessão de professores e prefeitos de estudos. Só um texto autorizado e imperativo, elaborado por uma experiência amadurecida, cortaria pelas tentativas infrutíferas dos que ensaiavam as primeiras armas nas lides do magistério. (Franca, 1952: 17)

Como poderíamos prever a influência do *modus parisiensis* foi bastante intenso, este fato deve-se a escolha realizada pelos primeiros jesuítas.

Os jesuítas que desembarcaram na Bahia em 1549 já vislumbravam a abertura de um colégio da Companhia neste estado que, por ser a sede da administração colonial dispunha de condições mais atrativas para o seu estabelecimento. A inauguração deste primeiro colégio deu-se durante o ano seguinte, em 1550, iniciando assim ao processo de institucionalização do projeto educacional jesuítico.



Colégio da Bahia, século XVII

(Disponível em: <http://www.jornalcontato.com.br/335/nell/imagens/lampada.jpg>
 acesso em: 14/06/2010)

O primeiro colégio jesuíta, assim como todos os demais que vieram a ser abertos no Brasil, deveria aceitar o ingresso de alunos internos e externos, devendo ainda seguir os pressupostos estabelecidos no Ratio, aproximando-se do modelo de funcionamento do colégio de Coimbra, eles ofertavam o ensino elementar, onde, os estudantes aprendiam ler, escrever e contar. Posteriormente, entraria na grade o curso de Letras Humanas.

A ação pedagógico-institucional jesuítica teve seu ponto mais importante nos Colégios da Companhia, que são três, nos fins do século XVI: Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. Os Colégios, depois do ensino elementar: ler, escrever e contar, tinham o curso chamado de Letras Humanas que compreendia Gramática, Retórica, Poesia e História. A língua estudada era o latim. (Flores, 1978:142)



Fig. XXV. Planta de Carlos Estrela, datada de 1732, que apresenta uma representação dos Colégios da Companhia de Jesus, em Coimbra: do Colégio de Artes, no local de actual do Museu, e do Colégio das Artes, no local actual do Hospital da Universidade.

Colégio da Companhia de Jesus em Coimbra, 1732 (disponível em:
<http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/wie/eubuildit/educational/colegios/> - acesso em:
 14/06/2010)

3.2 – A FORMAÇÃO NOS COLÉGIOS JESUÍTAS: DISCIPLINAR OS CORPOS, ATINGIR AS ALMAS

É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, pode ser transformado e aperfeiçoado. (Foucault, 2001: 118)

Os portugueses permaneciam em estado de “guerra” no território, devido ao grande número de índios e poucos portugueses, constatava-se uma ameaça permanente de conflitos contra a nova cultura. Para assegurar a autoridade da cultura portuguesa, enquanto, centenas de índios eram dizimados, o cotidiano dos colégios permanecia alheio aos acontecimentos, em plena tranquilidade. A importância da transmissão cultural era tanta, que mesmo sabendo da “guerra” além-muro, a disciplina e o currículo foram mantidos intactos e desprendidos do contexto externo.

O latim, que era considerado o ponto de ligação entre o saber e o sagrado, constituía a língua oficial dos estudos diários em sala de aula, assim como, nos exercícios aplicados. Por outro lado, a língua portuguesa poderia ser praticada durante os recreios e nos feriados. Uma terceira língua, o tupi, aparece na grade de estudos, apenas como forma de comunicação entre os religiosos e os nativos indígenas, não tendo valor real e de peso comparado às outras matérias, ou seja, uma língua externa com serventia apenas para conversação. Dessa forma, nota-se desde o início, que a língua dominante é usada para classificar e organizar as classes sociais brasileiras.

É possível perceber alguns traços dos ilustres Exercícios Espirituais de Inácio de Loyola ao percorrermos os meandros do Ratio Studiorum.

O afastamento dos alunos de seu seio familiar e da vida social promovido pelos padres jesuítas devido ao intenso número de horas dedicados aos estudos pode ser comparável a uma das primeiras ideias contidas nos Exercícios Espirituais, pois logo em seu início, como já fora dito anteriormente “O praticante que se submetesse aos Exercícios deveria deixar de lado todas as atividades normais por todo um mês e viver em absoluto retiro.” (Gambini, 1988:101)

Este afastamento, segundo o pensamento jesuítico, era também um poderoso instrumento capaz de manter os alunos distantes das práticas profanas e também dos maus exemplos praticados pelos demais, deste modo estariam protegidos das

“contaminações”, o que poria em risco o sucesso do trabalho ali desenvolvido, este afastamento já poderia ser percebido desde a prática dos aldeamentos, onde os jesuítas mantinham separados os curumins dos demais índios, já entre os muros de seus colégios este afastamento pode ser mais efetivo e intenso.

O “manual pedagógico dos jesuítas” é formado por inúmeras regras a serem aplicadas e seguidas em seus colégios. Este amplo conjunto de regras abrange todo o segmento estrutural da instituição, existem regras específicas para o Reitor, o Prefeito de Estudos, os professores, etc. Cada disciplina ministrada também era regida pelos estatutos contidos no Ratio Studiorum, tais como a maneira de realizar a aplicação das provas escritas, a distribuição de prêmios, as punições, entre tantos outros procedimentos.

Visando a obtenção do sucesso na aprendizagem de seus educandos, eram utilizados alguns métodos como a memorização, a repetição, a erudição, a preleção (os jesuítas comentavam sobre os conteúdos a serem abordados futuramente, para que os seus alunos comesçassem a formular hipóteses, realizar pesquisas, indagar-se e inteirar-se previamente), etc.

A preleção, na sua finalidade, é menos informativa do que formativa; não visa comunicar fatos mas desenvolver e ativar o espírito. Com uma cooperação viva, o aluno vai exercitando, não tanto a memória, mas também e principalmente a imaginação, o juízo e a razão. (Franca, 1952: 57)

O excesso e também a complexidade das tarefas destinadas aos alunos, além de servir para alcançar o êxito no aprendizado, de igual modo faz referência a ideologia de Loyola, pois “A ideologia religiosa inaciana tem horror ao vazio e procura preenchê-lo, ocupando todas as horas de tarefas santas. Isto também porque é mais fácil para Lúcifer ocupar espaços vazios, sem defesa porque sem cristianismo.” (Flores, 1978:86)

A disciplina era exercida com bastante rigidez no interior desses colégios e disciplinar o corpo e o espírito era também um alvo a ser atingido nos Exercícios Espirituais. Em busca da salvação o homem deveria abdicar de seus desejos e anseios para submeter-se completamente a vontade divina. Trata-se de domesticar o corpo, purificando-o, doutrinando-o e afastando-o de toda e qualquer prática profana, santificando-os dessa forma.

A origem do método prende-se à velha preocupação religiosa de encontrar um modo eficaz de disciplinar o espírito, impedindo que a imaginação rebelde pule de galho em galho como um macaco. (Gambini, 1988:101)

A prática da meditação era utilizada para que através dela a vontade divina fosse revelada. Para atingir tal estágio de espiritualidade, o praticante deveria ser capaz de realizar todos os estágios preparatórios descritos por Inácio em seus Exercícios.

Também está determinado no Ratio que a leitura a ser estimulada e permitida aos seus educandos deveria ater-se à obra filosófica de Aristóteles (previamente selecionadas pelos padres jesuítas) e também à *Summa Theologica* de São Tomás, que fora o Doutor escolhido pelos jesuítas.

Contudo, apesar do estímulo à leitura das obras aristotélicas, os professores deveriam ter o cuidado para não aproximar os alunos de qualquer conceito, idéia ou pensamento que ferisse ou se opunha aos dogmas e doutrinas católicas, conforme as deliberações contidas no Concílio de Trento.

Em terras brasileiras, de início os padres jesuítas se encontraram impossibilitados de estabelecer todos os cursos contidos em seu manual, visto que era preciso promover a instrução elementar aos seus educandos, além disso, a quantidade de alunos não era suficiente para a abertura da totalidade das classes previstas no Ratio Studiorum, porém, podemos perceber no Ratio a possibilidade de se realizar algumas modificações tais como:

Daí, porém não se infiltra que os colégios dos jesuítas permaneceram petrificados na imobilidade durante este largo período sem se adaptar às novas exigências de tempos que mudavam. O próprio Ratio, na sua prudência, previa esta flexibilidade de adaptação e abria-lhe a porta legal. A regra 39 do Provincial dizia textualmente: “Como, porém, na variedade de lugares, tempos e pessoas, pode ser necessária alguma diversidade na ordem e no tempo consagrado aos estudos, nas repetições, disputas e outros exercícios e ainda nas férias, [o Provincial], se julgar conveniente na sua Província alguma modificação para maior progresso das letras, informe o Geral para que se tomem as determinações acomodadas a todas as necessidades, de modo, porém, que se aproximem o mais possível da organização geral dos nossos estudos”. (Franca, 1952: 23-24)

Como já fora dito anteriormente, uma característica marcante das formas pedagógicas empregadas era o rigor levado ao extremo. O exemplo dessa modalidade

pode ser notado durante as aulas, elas eram divididas em tempos fixos – duas horas matinais e duas horas à tarde. Outro fato curioso acontecia aos sábados, nas disputas de conhecimentos, onde os estudantes se dividiam, utilizando um mesmo autor para se confrontarem. Vencia quem conseguisse sustentar as idéias do autor, num tom de conhecimento pleno, deixando seu oponente sem argumentos.

Os autores lidos eram os mesmos: Ovídio, Horácio, Demóstenes, Homero; e os 'mestres de estilo' eram Cícero e Virgílio. Os 'livros didáticos' adotados eram um para cada disciplina, sendo dificilmente mudados. (Flores, 1978:143)

A didática utilizada pelos inicianos consistia na leitura incessante e exaustiva pelo professor, a oratória, cabendo aos alunos atenção total e audição eficaz para captar pontos importantes da aula, para auxílio desse recurso, utilizavam o método da repetição para acúmulo de conhecimentos, onde nos dias atuais ainda são utilizados em algumas instituições.

Para obter êxito durante a prática das disputas era preciso manter um imenso controle sobre as suas emoções, sentimentos e pensamentos, para que assim os alunos pudessem utilizar de maneira eficaz todo o seu conhecimento, através do perfeito uso da retórica e oratória. O uso de tais procedimentos também faz referência aos Exercícios de Inácio de Loyola que visava alcançar um profundo estado de controle e domínio sobre o corpo, para assim aperfeiçoar e fortalecer o espírito. Para atingir um foco seria necessário estabelecer o caminho mais eficiente e, para que as emoções não turvassem os pensamentos, o controle sobre estas se mostra imprescindível.

Generalizando o programa educacional ministrado pela Companhia de Jesus, o Ratio Studiorum, particionava-se em três cursos ou períodos, são eles: curso de Filosofia e Ciências, também identificado curso de Artes; Teologia ou Ciências Sagradas e Letras ou Humanidades. Os períodos eram seguidos de forma rígida, conforme a divisão, em todos os colégios jesuíticos.

O curso de Teologia dividia-se em: moral - onde todos os tipos de situações eram analisadas mediante o olhar do cristianismo, tendo seu começo em 1565 na Bahia, obtendo grande êxito no Brasil. Os tópicos sobre avaliação e desenvolvimento das catequeses eram discutidos nas instituições de ensino, se tornando um ícone para estudos de analistas da época; e de caso – estudo dos dogmas religiosos. Tais disciplinas eram valorizadas pelos pais dos educandos, no intuito de encaminhar seus filhos rumo

ao sacerdócio ou à advocacia, pois essas duas profissões encurtavam o caminho para cargos públicos, perpetuando o prestígio das famílias diante da sociedade.

A disciplina nestes Colégios e nas aulas, nos remete ao corpo dócil que é utilizado e submisso, que controla para organizar a sociedade, através de seu conjunto de regras – militares, escolares e hospitalares – onde para tudo e para todos há sempre um lugar certo. (Mendonça, 2007: 6)

Em relação a penalidades em sala de aula, não poderiam passar de advertências aos privilegiados alunos portugueses, pois existia uma preocupação, da Missão, em criar fortes vínculos entre a Igreja e o Estado, assim, mantendo o poder social.

A disciplina rígida dos Colégios jesuíticos determinava a transmissão do conhecimento, ou seja, o contexto exigia esse método. Os Colégios eram reprodutores do saber, independente dos acontecimentos externos, a calma reinava dentro dos muros que dividiam o Colégio, da realidade cruel.

Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico. (Foucault, 2001: 123)

Ainda referindo-se a divisão dos cursos, o de Humanidades ou Letras era composta pelas matérias de: gramática, humanidades e retórica, sua duração não ultrapassava sete anos. O livro principal do curso era a “Arte da Gramática” do autor P. Manoel Álvares, esse livro continha três divisões que apoiavam o estudo da gramática classificando-a em inferior, média e superior.

A intenção do curso de gramática consistia na produção de um aluno capaz de dominar a expressão e a clareza do seu falar, dessa forma os jesuítas valorizavam tal ensino, o da eloquência. A preparação do aluno girava em torno de três ou quatro anos, onde ingressaria no curso de humanidades.

Nessa segunda etapa, o currículo objetivava a formação do estilo na escrita, aperfeiçoamento na gramática, seguindo um caminho-base para a poesia e a eloquência.

Chegando na classe de retórica, também denominado de eloquência, a formação girava em torno da construção de oradores, ou seja, uma pessoa que dominasse a

expressividade, de forma energética e com poder de persuasão para convencer. Essas aulas eram complementadas com algumas matérias como geografia, história e cronologia. Em termos gerais, a classe de retórica, correspondia às regras do Ratio Studiorum, apoiando-se em três pilares: estilo, erudição e regras de oratória.

Tanto nesse curso, quanto nos demais, os jesuítas utilizavam-se de metodologias a partir do estudo das línguas clássicas, acordadas com a oratória de Quintiliano. O movimento do Renascimento trazia como ideologia a conservação da cultura através de obras de educadores consagrados, como o citado anteriormente. O estudo das línguas clássicas tinha exclusivamente essa finalidade, contudo, os autores não poderiam fugir desse hall pré-determinado. A metodologia utilizada no ensino secundário baseava-se no modo artístico, enquanto que na universidade imperava o cientificismo.

A disciplina de Filosofia, ou curso de Artes pretendia uma formação de cunho científico sobre a inteligência dos alunos, chega-se a essa conclusão ao se fazer uma leitura mais aprofundada do Ratio no tocante as regras deste curso e, sua duração era de três anos. As bases de leitura do curso giravam em torno de Aristóteles e São Tomás, portanto estaria descartada a simples citação ou leitura de qualquer outro autor divergente do cristianismo, dessa forma, os planos de aula e atividades dos docentes se estreitavam a uma quase imobilidade dentro dessa proposta imposta, além disso, matérias voltadas a outros assuntos também eram suprimidas.

A matéria mais eficiente e de maior serventia para a Ordem era a Teologia, inclusive os outros ramos de estudos eram modos de preparação para esta. A segurança e eficiência do ensino jesuítico dependiam dela. Dividia-se em: Teologia Escolástica e Teologia Moral (casos de consciência), a segunda tinha a finalidade de formar os administradores de sacramentos e os párocos, sua duração era de quatro anos.

O conjunto de regras que determinava o realizar desses cursos estava voltado para a formação do homem na sua totalidade, por muitas vezes, por conta dessas regras, denominavam como humanista todo o processo de aprendizagem concedido pela Ordem.

O intuito para estabelecer as instituições de ensinos inicianos girava em torno da formação de seus membros, esse assunto ocupou grande parte das regras no plano de estudos, fazendo-se preocupação constante.

Nos entremeios dos blocos de formação do futuro jesuíta, seus horários pertenciam a uma rotina entre os estudos e às orações, as brechas entre essas ocupações

eram preenchidas por ocupações de cunho religioso e intelectual. Quem pretendia o cargo de mestre-escola, trilharia uma rotina mais compacta e rígida com ênfase na formação moral e intelectual, e contornos das matérias de letras clássicas e Filosofia. Iniciava a docência por patamares de baixo grau e, conforme o ganho de experiência através de estudos incessantes alcançaria sua promoção.

Dessa forma, observamos a preocupação na manutenção intensa do Ratio em relação à formação de toda a organização que compunha as instituições de ensino dirigidas pelo mesmo. Inclusive é bom frisar a importância das Academias e Seminários destinados a formação e reciclagem de bons professores, onde os mesmos além de desenvolver seus conteúdos, eram vetados do contato daqueles que não pretendiam trilhar a mesma profissão.

Referindo-se a questão da disciplina, o Ratio desenvolve um projeto que abrange toda a estrutura dos envolvidos, desde o Geral da Ordem até o aluno mais novo. A padronagem disciplinar nessas instituições ganharam formas quase militares, devido a rigidez e regras. Seu fundador, Inácio de Loyola, se fazia presente com sua formação militar.

A penalidade máxima prevista é a exclusão do Colégio, metáfora da exclusão dos impuros do universo que contém o Colégio: o Cristianismo. O estudante é 'degradado' até que demonstre sua capacidade de reinserção 'ordeira' na instituição – ou definitivamente. (Flores, 1978:152)

As advertências utilizadas eram de cunho verbal, mas conforme a gravidade poderia chegar a ser física, somente em último caso e com algumas exigências, a fim de restabelecer a ordem. A aplicação do castigo físico caberia a um corretor – pessoa designada para a modalidade, esse não poderia exceder seis golpes de palmatória, dessa forma, o mestre não entrava nessa questão.

Nossos padres parecem antes políticos do que pedagogos; relações corpo-a-corpo não são sua área – não a negam, mas não a executam. Nos colégios havia a figura do Corretor, encarregado da execução das penas, e a do Reitor, que as determinava. (Flores, 1978:151)

A preleção, ou lição prévia servia de estímulo junto às disciplinas nos interiores dos colégios, esta deveria a rigor do documento, acompanhar todas as disciplinas. Sua

finalidade, como antecipação dos estudos, estimularia a criatividade e não a memória. Esse sistema de preleção é encontrado em todos os módulos de aprendizado jesuítico, prendendo a atenção e mantendo a disciplina, calcula-se que o objetivo era alcançado pelo despertar da curiosidade do estudante, fazendo-o alvoroçar-se em seu intelecto.

O duelo intelectual acontecia nas competições, sendo públicas ou de forma mais individual apresentando-se a membros ilustres da ordem. Esses acontecimentos se davam de formas semanais ou mensais, onde o aprendizado era estimulado através dessas práticas, se tornando uma das características dos colégios jesuíticos.

Indivíduos competem com indivíduos; há necessidade de um desempenho pessoal contrastado para que alguém possa ser positivamente qualificado. A pedagogia requer um julgamento individual, que tem como momentos as sabatinas, as disputas, etc. que são momentos solenizados aguardados, tensos e cenarizados.
(Flores, 1978:151)

As disputas públicas e particulares se davam na colônia, onde o cotidiano decorria normalmente, todos sabiam de sua importância para os jesuítas. Elas assumiam as prescrições conforme o Ratio, suas performances eram constantes em salas de aulas, em locais comuns fora dos muros dos colégios e até mesmo em datas festivas que contavam com a presença de pessoas ilustres que faziam parte da Ordem. As “sabatinas”, como o próprio nome sugere eram aos sábados, os alunos degladiavam-se nas disputas, estas se apoiavam no roteiro do plano de estudos. Em todo o processo da disputa decorria a avaliação, isso ocorria por falta de tempo durante o horário das aulas semanais. A avaliação se dava de modo tão discreto que algumas vezes os alunos nem desconfiavam.

Em termos de avaliação, o Ratio recomendava que o mestre a fizesse diariamente, através de observação direta quanto ao interesse, o relacionamento e a desenvoltura do aluno enquanto a aula decorria. Geralmente, a aplicação dos exames era de forma escrita e, conforme a necessidade do curso poderia ser dois ou mais.

Impossível não percebermos as muitas aproximações com práticas pedagógicas que permanecem no cotidiano das escolas nos dias atuais. Sutilmente, mudando para roupagens educacionais “modernizadas” sem, contudo, esquecer o velho “hábito jesuítico”, os padres continuam como as autoridades máximas nos Colégios, continuam atuando no mundo e não somente dentro de mosteiros, astutos sem dúvida.

VI - ALGUMAS CONCLUSÕES

O projeto pedagógico desenvolvido pelos jesuítas mostrou-se/mostra-se bastante consistente e a sua elaboração contou com a colaboração de diversos personagens ilustres da história.

Em diversos momentos da história da educação podemos observar traços que remetem a educação jesuítica, em maior ou menor intensidade, e são justamente esses traços residuais da educação dos jesuítas que permanecem, nos dias atuais, que me conduzem ao passado, para uma busca pela compreensão deste tão bem elaborado projeto, que foi além da educação escolar e influenciou decisivamente a formação da sociedade brasileira.

Se quisermos adentrar na história da educação brasileira, precisamos identificar a importância da vinda da Companhia de Jesus e dos jesuítas para as terras do além mar, trazendo sua bagagem cultural para o Brasil Colônia.

O surgimento da Companhia de Jesus deu-se em um momento histórico em que a Igreja Católica necessitava esboçar uma reação contrária ao movimento Protestante que se expandia pelo mundo. A Igreja buscava manter a sua hegemonia, entretanto, a Idade Moderna exigiria transformações profundas em toda a estrutura católica.

Os jesuítas vieram conquistar não uma terra sagrada; vieram construir a cidade de Deus num espaço que não O conhecia. E não apenas construir, mas velar continuamente pela preservação dos resultados de sua tarefa. Este projeto missionário tinha uma ideologia antes que se conhecesse pessoalmente o Brasil. Ideologia que era um encontro de antigas tradições escolásticas medievais com recentes anseios de conhecer e ocupar o mundo e com os novos objetos que o rápido desenvolvimento científico e artístico da época tinham produzido. (Flores, 1978:157)

A implantação dos Colégios Jesuíticos foi a culminância da ação educativa da Missão, onde, o planejamento pressupunha uma estratégia dos portugueses para assegurar a educação de seus filhos, a fim de, num futuro próximo, definir a incipiente sociedade brasileira em moldes cristãos europeus.

Ao Colégio caberia a transmissão hegemônica da cultura colonizadora. Era uma forma de diminuir a distância entre os portugueses e sua terra natal e, ao mesmo tempo,

assegurar que do outro lado do Atlântico, não seriam confundidos com os habitantes da nova terra, evitando certos constrangimentos perante os países europeus. Não só caberia a esses Colégios, tais atributos, mas somariam a função de formar letrados preparados para serem “vigias” da cultura dominante, assim preservando a ordem local. Esses fatos esclarecem o estilo da Inquisição quando cita que a vigilância é feita pelo Código e pela pureza, onde pensamentos ou opiniões divergentes aos castigos aplicados, não seriam aceitos por ela.

Ao pensarmos no funcionamento prático das aulas oferecidas pelos colégios jesuítas logo imaginamos uma didática completamente imóvel, imutável e fundamentada no uso constante da memorização e reprodução dos conteúdos abordados, também é comum possuímos uma imagem de excessivo uso de castigos corporais, entretanto, ao analisarmos os meandros do Ratio Studiorum, com um olhar mais atento, concomitante com a leitura de outros autores que versam sobre o tema, podemos perceber que a dinâmica diária destes colégios não era bem assim como supúnhamos.

A alma, porém, de toda a educação nos colégios da Companhia era a formação religiosa. O homem não é só um animal cujo organismo se deve desenvolver sadiamente, nem ainda só uma inteligência que importa mobiliar de conhecimentos úteis, é antes de tudo e essencialmente uma pessoa, com os seus destinos religiosos, naturais e sobrenaturais, cuja realização plena se resume a sua suprema razão de ser. Uma educação que descuidasse esse aspecto fundamental não seria uma educação humana. (Franca, 1952: 74)

Apesar das dificuldades de flexibilização nos conteúdos curriculares, havia a existência desta possibilidade, principalmente nos locais onde a cultura predominante se demonstrasse bastante divergente da cultura européia da época e com características singulares.

Daí, porém não se infiltra que os colégios dos jesuítas permaneceram petrificados na imobilidade durante este largo período sem se adaptar às novas exigências de tempos que mudavam. O próprio Ratio, na sua prudência, previa esta flexibilidade de adaptação e abria-lhe a porta legal. A regra 39 do Provincial dizia textualmente: “Como, porém, na variedade de lugares, tempos e pessoas, pode ser necessária alguma diversidade na ordem e no tempo consagrado aos estudos, nas repetições,

disputas e outros exercícios e ainda nas férias, [o Provincial], se julgar conveniente na sua Província alguma modificação para maior progresso das letras, informe o Geral para que se tomem as determinações acomodadas a todas as necessidades, de modo, porém, que se aproximem o mais possível da organização geral dos nossos estudos”. (Franca, 1952: 23-24)

O ideário educacional sobre o qual pesquisadores da educação brasileira continuam com vigor a debruçar se constitui na passagem do Império para República e da República Velha para a República Nova, com a ebulição de 1930. Marta M. Chagas de Carvalho analisa o projeto dos anos de 1920/1930 considerando um projeto que podemos chamar de unificador, como talvez só encontremos similaridade no próprio projeto jesuítico. Ainda Marta M. Chagas de Carvalho (2005), ao analisar vida e obra de Fernando Azevedo diz: “*o processo de unificação não é, apenas, ação narrada; é o agente e o sentido da ação... Em bravura e capacidade de sintetizar o sentido do processo, a ele só se equipara um seu homólogo, os jesuítas*” (p.334). Notamos a influência destes professores que lutaram por renovação: “*quando o movimento de renovação educacional toma para si, na década de 20, tarefa jesuíta de unificação nacional*” (Carvalho, 2005, p.336).

A prática, ainda hoje, do uso da preleção também dos remete à preocupação existente no aprendizado dos conteúdos e não apenas na memorização dos mesmos. Leonel Franca destaca inclusive a importância do uso da memória, contudo adverte quanto à prática da memorização mecânica.

A preleção, na sua finalidade, é menos informativa do que formativa; não visa comunicar fatos mas desenvolver e ativar o espírito. Com uma cooperação viva, o aluno vai exercitando, não tanto a memória, mas também e principalmente a imaginação, o juízo e a razão. (Franca, 1952: 57)

Durante o processo de ensino-aprendizagem praticado na atualidade, ainda podemos destacar a relevância do uso da memória; considerando-a, porém, uma boa aliada da educação, obviamente se o educador não reduzir as aulas ao uso da memorização puramente mecânica, desprovido de sentido para o educando.

É bastante comum, até mesmo em escolas que seguem o modelo construtivista, a utilização de exercícios, jogos, debates e outros métodos diversos para a “fixação” dos conteúdos abordados, contudo, podemos observar a utilização de alguns destes recursos

“modernos” já na época jesuítica. “O trabalho das aulas completava-se naturalmente com outras atividades que hoje denominamos periescolares. Entre estas o teatro ocupava um lugar de relevo.” (Franca, 1952: 71)

Os jesuítas podem ser considerados os grandes responsáveis pela catequese indígena, batizando-os, alterando os seus costumes e disseminando entre os nativos a língua portuguesa. Este complexo movimento de aculturação do povo indígena acabou fragilizando a unidade indígena, facilitando assim a intensa atuação dos colonos na escravização ou morte dos mesmos, contribuindo deste modo para o aumento do domínio português.

A sociedade brasileira inicia sua construção de forma lenta e regional, se prolongando por dois séculos, não indo muito além dos Estados da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

O despontar de uma nova estrutura econômica, o mercantilismo, vai se consolidando e transformando a cultura. Não podemos esquecer que o caldeirão cultural era composto por: poder centralizado, escravidão, castigo, abuso da força, discriminação e divisão de classes. Diante dessa visão, observamos que os senhores reagem de forma contrária às ordens, se tornando a figura principal do novo eixo social.

O Colégio da Companhia de Jesus prossegue firme na formação de letrados, não substituindo o valor da ordem contínua que mesmo face às recentes mudanças, ainda fica em alta.

A exaltação do intelectualismo em relação ao trabalho manual distancia a realidade dos alunos, criando certa dicotomia entre a maioria da população, composta principalmente de escravos e analfabetos. Essa situação iniciou característica da dominação dos letrados sobre os iletrados, além do povo sentir a rejeição da parte dos “intelectuais”. Claramente, tal situação é o produto final da escola: manutenção e reprodução do domínio colonizador.

Foucault evidencia a ligação direta entre poder e verdade, visto que os discursos são comumente utilizados como uma poderosa ferramenta de controle e regulamentação. Segundo Foucault todos os discursos podem ser considerados “regimes de verdade” se estão relacionados com o poder. O poder atua em conexão direta com a verdade, pois quem detém o poder dispõe de técnicas e mecanismos que validam o discurso e estes passam a ser considerados verdadeiros, tornando-se “regimes de verdade”.

Os que praticam ou exercem o poder exercem controle em seus subordinados e os que são subordinados também desempenham certa influência aos que detém o poder. As formas atuais de governo demonstram uma grande mudança em comparação ao poder soberano que era bem delineado e concentrado nas mãos das monarquias para um novo modelo de controle que é o “poder disciplinar”.

A escola irá desempenhar um papel de suma importância na expansão do poder disciplinar, formatando o indivíduo tido como “ideal” para a vida na sociedade moderna. O ato de disciplinar visa o exercício do controle da massa popular, de maneira com as pessoas subordinadas passem a agir da maneira desejada pelos detentores do poder.

Sob essa ótica, a escola não é vista como um dos aparelhos ideológicos de reprodução social – o que nos abriria espaços para modificar as relações sociais, desde que conseguíssemos mexer adequadamente na vida escolar – mas é vista como locus de produção, moldagem e objetificação de sujeitos dóceis a uma nova dominação política (quase invisível) que garante governamentalidade em tempos modernos. (Veiga - Neto, 1994: 229)

O poder disciplinar é exercido por meio de certa invisibilidade, através das tecnologias normalizadoras do eu (uso de técnicas e práticas pedagógicas que produzem como consequência um autodisciplinamento, que nas escolas podem ser observados através de movimentos, gestos e atitudes praticados de maneira padronizadas pelos alunos, professores, etc.).

E, dada a atuação a longo termo da educação escolar sobre a vida de (quase...) todos nós, ela é o aparelho social que mais bem e uniformemente executa a construção do sujeito moderno. Colocando em ação tanto as tecnologias de dominação – que atuam principalmente sobre o corpo, classificando e objetivando os indivíduos –, quanto as tecnologias do eu – que, sobretudo pelo exame e pela confissão e em decorrência da função performativa da linguagem, fazem com que cada indivíduo se construa como sujeito – a escola mais produz do que reproduz as relações sociais da Modernidade. (Veiga - Neto, 1994: 230)

A sociedade moderna passa então de um controle direto para a difusão de uma idéia de autocontrole, onde a vulnerabilidade causada pelo excesso de exposição acabará por formar um indivíduo completamente dominado pelas normas impostas.

O complexo trabalho desenvolvido pelos padres jesuítas em terras brasileiras, apesar do aspecto educacional e político, teve como seu alicerce fundamental a fé, além da luta contra as idéias protestantes, a disseminação dos valores morais e culturais cristãos europeus.

Diante de todos os seus feitos, a Companhia de Jesus conseguiu acumular poder religioso, pois a ordem só devia obediência ao Papa, além de poder temporal, pois também exercia enorme influência econômica e política.

É uma Ordem fora da hierarquia comum às outras Ordens Religiosas, e sendo ligada diretamente ao papa causa desconforto para as outras Ordens. A dimensão social que cumpriam, seguindo o modelo de sua criação, exerce uma influência visível nos lugares de sua ação, juntamente com a autonomia que alcançam através da abertura dos seus colégios, sua obra de maior visibilidade. A Companhia de Jesus, dentro de uma outra conjuntura de relações de poder, torna-se assaz “perigosa”, não só para o Estado português, mas para importantes setores da Igreja Católica. (Mendonça, 2010: 21)

Com o passar do tempo surgiram intensos conflitos entre o poder real e os padres da Companhia, este fato desencadeou no ano de 1759 a expulsão dos jesuítas de Portugal e também de suas colônias pelo Marquês de Pombal.



Marquês de Pombal (disponível em:
<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/momentos/jesuitas/images/Pombal.jpg> – acesso em: 14/06/2010)

Apesar da expulsão dos padres jesuítas do Brasil, devemos destacar o papel fundamental por eles exercido para a construção da sociedade brasileira, visto que, através das missões jesuíticas e, posteriormente com a implantação dos seus colégios. Suas lutas Pós Reformas Pombalinas constitui-se em outro momento da ação dos jesuítas no Brasil e, nesse momento, não é objeto de nossa pesquisa

Assim, concluímos parcialmente, analisando a permanência de suas ações educativas e conhecendo melhor o presente como o futuro do passado, como diz Clarice Nunes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOCH, Marc Leopold Benjamin (1886-1944). *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*; prefácio Jacques Le Goff; apresentação a edição brasileira Lilia Moritz Schwarcz; tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. *Pedagogia da Escola Nova, produção da natureza infantil e controle doutrinário da escola*. IN FREITAS, Marcos Cezar ; Kuhlmann, Moisés Jr (orgs). *Os Intelectuais na História da Infância*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

CERTEAU, Michel De. *A Escrita da História*. RJ: Forense Universitária: 1982.

FERRARI, Pedro. *Ratio Studiorum*. In: Revista Espaço da Sophia – nº 9, (dez. 2007) disponível em: <http://www.espacodasophia.com.br/> acesso em: 02/06/2009.

FLORES, Luiz Felipe Baêta Neves. *O Altar e a Coroa Iluminada: A educação de colonos e colonizados*. IN: Educação no Brasil: história, cultura e política. MAGALDI, Ana Maria et alli (org). Rio de Janeiro, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação – Editora Universitária São Francisco, 2003. pp 73 a 97.

FLORES, Luiz Felipe Baêta Neves. *O combate dos soldados de Cristo na Terra dos Papagaios – colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

FOUCAULT, Michael. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis - RJ: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. RJ: Ed. Graal, 1990.

GAMBINI, Roberto. *O espelho índio – os jesuítas e a destruição da alma indígena*. Rio de Janeiro: Ed. Espaço e Tempo, 1988.

FRANCA, Leonel S.J. *Ratio Studiorum: O método pedagógico dos jesuítas*. RJ: Agir S/D 1952

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais (Morfologia e História)*. SP, Companhia das Letras, 1990.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os Vermes*. Companhia De Bolso, 2006.

LOYOLA, Santo Inácio de. *Exercícios Espirituais*. Orientação e tradução pe. Géza Kövecses. S.J. 2ª ed. Edições Loyola, São Paulo, 2002.

MENDONÇA, Ligia Bahia. *Educação Jesuítica: marcas do primeiro projeto educacional brasileiro*. Rio de Janeiro, UNESA, 2006.

_____. *Ratio Studiorum: formando e formatando corpos e mentes*. In: I Encontro de História da Educação, Niterói, 2007.

MIRANDA, Ana. *Boca do Inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

NUNES, Clarice. *A Escola reinventa a Cidade*. IN: HERMSMANN, M.M; PEREIRA,C.A.M(orgs). *A Invenção do Brasil Moderno*. RJ, Rocco, 1994.

REVEL, Jacques. *Jogos de Escala*. RJ: FGV, 1998.

SEFFENER, Fernando. *Da Reforma à Contra Reforma*. Atual, São Paulo: 1993.

VEIGA- NETO, Alfredo J. Foucault e educação: outros estudos foucaultianos In: SILVA, Tomaz T. da (org.) *O sujeito da educação - estudos foucaultianos*. Petrópolis, Vozes, 1994.

VIÑAO, Antonio. *Las autobiografías, memorias y diarios como fuente histórico-educativa: tipología y usos*. In: Teias: Revista da Faculdade de Educação/ UERJ – nº 1, (jun.2000) – Rio de Janeiro: UERJ, Faculdade de Educação, 2000. MONTINO, Davide.